

**Juliana Quirino Silva Alcantara**

**TEOLOGIA, CIÊNCIA E SECULARIZAÇÃO SOB O PONTO DE VISTA  
DO MÉTODO CIENTÍFICO**

Dissertação de Mestrado em Teologia

Orientador: Prof. Dr. César Andrade Alves SJ

Apoio IFB

Belo Horizonte

FAJE – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia

Minter FAJE/FATEO

2022



**Juliana Quirino Silva Alcantara**

**TEOLOGIA, CIÊNCIA E SECULARIZAÇÃO SOB O PONTO DE VISTA  
DO MÉTODO CIENTÍFICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teologia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Teologia.

Área de Concentração: Teologia Sistemática

Linha de Pesquisa: Interpretação da Tradição Cristã no Horizonte Atual.

Projeto de Pesquisa: Ciência e Teologia

Orientador: Prof. Dr. César Andrade Alves SJ

Apoio IFB

Belo Horizonte

FAJE – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia

Minter FAJE/FATEO

2022



**Juliana Quirino Silva Alcantara**

**A SECULARIZAÇÃO NO AMBIENTE ACADÊMICO SOB O PONTO  
DE VISTA DO MÉTODO CIENTÍFICO**

Esta Dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestra em Teologia e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Teologia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia.

Belo Horizonte, 08 de abril de 2022.

**COMISSÃO EXAMINADORA:**



---

Prof. Dr. César Andrade Alves / FAJE (Orientador)



---

Prof. Dr. Washington da Silva Paranhos / FAJE

---

Prof. Dr. Paulo Sérgio Lopes Gonçalves / PUC Campinas

## FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia

A347t	<p>Alcantara, Juliana Quirino Silva</p> <p>Teologia, ciência e secularização sob o ponto de vista do método teológico / Juliana Quirino Silva Alcantara. - Belo Horizonte, 2022.</p> <p>86 p.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. César Andrade Alves</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Departamento de Teologia.</p> <p>1. Secularização. 2. Fé e razão. 3. Método teológico. I. Alves, César Andrade. II. Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. Departamento de Teologia. III. Título.</p> <p>CDU 230.1</p>
-------	--

Dedico esta pesquisa à meu  
esposo Ricardo, meu filho Leonardo,  
minha mãe Helena e meu pai Paulo.

## AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Jesus que me chamou para o desafio mais difícil que passei nos últimos tempos. A Nossa Senhora que me conduziu durante todo processo.

Ao Dr. Pe. Lázaro Ilzo Daniel, coordenador do Minter na FATEO, e ao padre Godwin Nnaemeka Uchego (*in memoriam*), à época Diretor Geral da FATEO que primeiro acreditaram no chamado de Deus a mim.

A todo corpo docente, técnico e profissional da FAJE, que me acolheu como aluna e me proporcionou momentos de grande aprendizado. Em especial ao caríssimo professor, orientador e amigo Prof. Dr. César Andrade Alves, que foi exemplo da condução acolhedora, paciente e força propulsora. Minha eterna gratidão por ter trabalhado arduamente comigo, por ter me ensinado muito além do conteúdo teológico, por ter verdadeiramente me mostrado o caminho de santidade. Não tenho dúvidas de que o Prof. César foi um dos cuidados de Deus comigo neste caminho. Muito obrigada!

Minha eterna gratidão a todos da minha família, especialmente ao meu esposo Ricardo e filho Leonardo, mãe Helena e pai Paulo, minha sogra Georgina e meu sogro José Pedro, que suportaram minha ausência enquanto eu mergulhava nos estudos, me ampararam de diversas formas nas inúmeras vezes que precisei, lembrando-me do significado de ser família.

Ao Instituto Federal de Brasília – IFB, onde trabalho, por ter me proporcionado esse período de estudo, bem como aos meus colegas que me apoiaram nesta empreitada.

Aos amigos de mestrado, a cada um deles, pela partilha de vida durante nossos estudos e por darem mais vida aos estudos teológicos. Um agradecimento especial ao amigo Jeovah Fialho de Lima Simões que, desde antes do início do mestrado, me auxiliou nos estudos e me fez acreditar que seria possível.

Quero também agradecer aos meus amigos de outros círculos que, durante tanto tempo, souberem aceitar – às vezes, não compreender – a minha ausência. Em especial a minha amiga e parceira Lidyane Lilian Lima, sempre disponível a me ajudar em um testemunho vivo do Evangelho, e a Alessandra de Cassia A. Fonseca Lledo, que me deu suporte emocional e dicas práticas muito importantes para cumprir esse trabalho.

Muito obrigada!





*As minhas ovelhas ouvem a minha voz. (Jo 10,27)*

*Que ninguém creia que lhe basta a ciência sem a unção, a especulação sem a devoção, a investigação sem a admiração, a circunspecção sem a exultação, o trabalho sem a piedade, a ciência sem a caridade, a inteligência sem a humildade, o zelo sem a graça divina, o brilho sem a ciência divinamente inspirada.*

São Boaventura. *Itinerarium mentis ad Deum*, Prol. , n°4, in São Bonaventura, *Opera Omnia*, V [Quaracchi], 1891, p. 296



## **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo principal verificar o fenômeno da secularização no ambiente acadêmico, revelando a realidade que é percebida na prática docente da autora. Os objetivos específicos são: apresentar os conceitos básicos para a pesquisa, como secularização e missão; verificar as relações entre fé e razão, vislumbrando possíveis causas; na literatura metodológica, vislumbrar caminhos para compreender semelhanças e diferenças entre método científico e teológico; propiciar intuições que sirvam para reduzir a resistência à fé católica no ambiente acadêmico. A metodologia utilizada é a de pesquisa bibliográfica. As fontes e documentos teológicos estarão dentro da Teologia cristã e, mais especificamente, católica.

**PALAVRAS-CHAVES:** Secularização. Razão. Fé. Método científico. Método teológico. Academia.



## **ABSTRACT**

This work aims to verify the phenomenon of secularization in academic environment, reality very present in the author's teaching work. The specific goals are: to present basic concepts for this research such as *secularization*, *dechristianization* and *mission*; to verify the relation between faith and reason, searching for possible causes; in methodological literature, to seek for similarities and differences between scientific and theological method; to provide insights to reduce resistance to the catholic faith. The methodology used is bibliographic research. The theological sources and documents will be within Christian theology and more specifically catholic.

**KEYWORDS:** Secularization. Reason. Faith. Scientific Method. Theological Method. Academy.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
1 SECULARIZAÇÃO ACADÊMICA E VATICANO II.....	22
1.1 Conceito de secularização.....	22
1.2 Secularização e Igreja.....	25
1.3 A possibilidade da missão da Igreja nas diversas culturas.....	29
1.4 Conclusão.....	31
2 FÉ E RAZÃO.....	34
2.1 A natureza do ato de fé.....	35
2.2 Relações entre fé e razão.....	40
2.3 Panorama histórico das relações entre fé e razão.....	42
2.4 Outra forma de classificar a relação entre fé e razão.....	45
2.5 Conclusão.....	51
3 MÉTODO TEOLÓGICO E MÉTODO CIENTÍFICO.....	54
3.1 Conceito e características do método.....	54
3.2 O método teológico a partir de seu objeto e finalidade.....	56
3.3 Passos do método científico.....	57
3.4 Premissas do método científico.....	61
3.4.1 Premissas filosóficas.....	62
3.4.2 Premissa teológica.....	64
3.5 Conclusão.....	71
CONCLUSÃO.....	76
REFERÊNCIAS.....	82





## INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata da relação entre Teologia e Ciência, entre fé e razão, no panorama do mundo moderno e secular, sob o ponto de vista do método científico. Este tema surgiu da vontade da autora –leiga, esposa, mãe e professora de Direito de instituição não confessional em Brasília – de responder a um impulso/questionamento interno a respeito da sua vocação de lecionar no cenário secularizado da academia. Por isso será citada, de forma tangencial, a realidade nos centros de ensino no Brasil.

Dirige-se ao público confessional e não confessional e tem o desafio de usar uma linguagem técnica, mas de maneira acessível aos dois públicos. Por isso, algumas vezes será necessário trazer explicações já conhecidas por uns, mas não pelos outros, buscando assim mútua compreensão para universos com conhecimento e vocabulários peculiares.

A área de estudo se insere principalmente na Teologia Fundamental. Daí a necessidade de desenvolver o tema sobre método teológico e, dentro deste, analisar a relação entre fé e razão, método teológico e método científico, tudo isso associado ao mundo de hoje.

O método empregado neste trabalho foi o de pesquisa bibliográfica, buscando dados na Sagrada Escritura, na Tradição e nos documentos do Magistério da Igreja, além de estudos de teólogos que vêm trabalhando os tópicos em questão. A pesquisa está inserida no contexto latino-americano, razão pela qual os documentos são lidos na perspectiva da Teologia desse continente. Observamos que este trabalho está inserido no panorama da religião católica, não obstante sirva a reflexão sobre a fé, de forma genérica, e o ser humano<sup>1</sup> nos tempos atuais.

Note-se que essa pesquisa foi realizada no contexto de pandemia pelo Covid-19 (2020-2022), o que afetou sobremaneira a consulta à bibliografia física, a presença em bibliotecas, consulta de livros, bem como a rotina para além dos estudos<sup>2</sup>. Neste cenário, foi necessário realizar uma mudança simplificadora do objeto do projeto de pesquisa, omitindo-se

---

<sup>1</sup> Neste trabalho, muitas vezes será falado da *espécie humana*, usando-se, em alguns casos, o termo *ser humano*, noutros, *homem*. Destaca-se que não se está fazendo distinção entre essas espécies de palavras, mas tão-somente usando seu significado equivalente para evitar a repetição do mesmo vocábulo.

<sup>2</sup> Sobre o funcionamento das bibliotecas no mundo em tempo de pandemia, consultar SENADO FEDERAL. Secretaria de Gestão da Informação e Documentação Coordenação de Biblioteca (trad.) *A COVID-19 e o Setor de Bibliotecas em Termos Mundiais*. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fwww2.senado.leg.br%2Fbdsf%2Fbitstream%2Fhandle%2Fid%2F571649%2FCOVID-19\\_Biblioteca\\_IFLA.pdf%3Fsequence%3D1%26isAllowed%3Dy&clen=709839&chunk=true](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fwww2.senado.leg.br%2Fbdsf%2Fbitstream%2Fhandle%2Fid%2F571649%2FCOVID-19_Biblioteca_IFLA.pdf%3Fsequence%3D1%26isAllowed%3Dy&clen=709839&chunk=true). Acesso em: 26 jan. 2022. Sobre o acúmulo de atividades para as mulheres no tempo de pandemia, consultar ABREU, Bianca de Macedo. Mulher, Mãe, Professora e Pesquisadora em Tempos de Pandemia: mas, esta história nem sempre foi assim. *SCIAS - Educação, Comunicação E Tecnologia*, 2(2), 161–174. <https://doi.org/10.36704/sciaseducomtec.v2i2.5017>. Acesso em: 27 jan. 2022. Acesso em: 27 de janeiro de 2022.

importante capítulo sobre o pensamento do Professor João Batista Libanio a respeito da secularização do ambiente acadêmico e a ação evangelizadora neste ambiente. O objeto de pesquisa foi alterado então para contemplar o fenômeno da secularização, a análise das relações entre razão e fé, chegando-se à análise do método científico e teológico. Para minimizar os efeitos dessa conjuntura, utilizaram-se livros clássicos da Teologia Fundamental, área em que se insere este trabalho, bem como o Dicionário de Teologia Fundamental (2017) e Dicionário do Concílio Vaticano II (2015). Além disso, foi necessário utilizar, ainda que não recomendado, a citação secundária de obras por meio da expressão *apud*. Ela tornou possível a remissão a enunciados importantes para a pesquisa, o que seria inviável se não fosse por meio desse instrumento.

O objetivo desta dissertação é amistoso (não apologético ou contencioso), seguindo o espírito pacificador do Papa João XXIII no seu discurso de abertura do Concílio Vaticano II. No seu trato se demonstrará – de forma convidativa a cristão e não cristãos – o lugar, o papel da fé na produção e desenvolvimento das ciências. Este concílio, a propósito, evento-chave nesta pesquisa porque foi o episódio culminante de uma grande transformação da Igreja, transformação que se deu no âmbito eclesial interno, mas sobretudo na forma como a Igreja se relacionava com o mundo exterior. Não é demais falar que o CV II abriu a possibilidade de que um trabalho como este pudesse ser realizado por uma mulher, leiga, professora e mãe em um mundo secularizado.

Não se pretende, portanto, manifestar uma posição rígida, uma via de mão única que induza o público de instituições laicas à fé católica. Aqui não se quer apresentar um otimismo ingênuo nem um determinismo maniqueu referente à fé. Havendo a liberdade de consciência, de crença e de expressão – inscrita no artigo 5º, inciso VI e IX, da Constituição Federal de 1988 – é possível exercer o credo e, mais do que isso, demonstrar, nos mais diversos campos do conhecimento, que a fé não está em contradição com a Ciência e que atuam em conjunto. Este trabalho é uma porta aberta, uma oportunidade, uma possibilidade, um convite àqueles que o aceitarem. Cada pessoa – em sua liberdade e vontade de buscar a verdade – pode empenhar-se no conhecimento da teologia e da fé católica e perceber as potencialidades que isso oferece à razão e à Ciência.

Para o desenrolar do tema de pesquisa, foi necessário estudar três tópicos específicos/raízes: a) a secularização, voltada especialmente para a área acadêmica; b) fé e razão em uma perspectiva que analisa as relações possíveis; e c) o método científico e teológico, analisado em suas premissas, características, semelhanças e diferenças. Os assuntos propostos isoladamente – secularização; fé e razão; metodologia científica – já foram bastante

percorridos e estudados pela doutrina teológica. Um destaque para o desenvolvimento do método teológico (notadamente quanto as suas premissas), especialmente a partir do CV II, bem como para a categorização da Teologia como Ciência pelos órgãos oficiais do governo brasileiros. Além disso, ressalta-se a necessidade premente de ser aprofundada a função da Teologia nos centros de ensino, confessionais e não confessionais, pensada em conjunto com uma sensibilidade social do momento<sup>3</sup>.

Passamos agora à descrição sucinta das partições da pesquisa. No primeiro capítulo, *Secularização acadêmica e Vaticano II*, foram expostos conceitos de secularização, cultura; os posicionamentos e perspectivas da Igreja a partir do Concílio Vaticano II; e possibilidade da missão da Igreja nas diversas culturas, tópico que auxiliou na reflexão de se pensar na fé no ambiente acadêmico não confessional e secularizado. No segundo capítulo examinou-se o assunto *Razão e Fé*, sua natureza, sua compreensão ao longo da história, bem como as perspectivas relacionais que formam até os dias de hoje. No terceiro capítulo, investigou-se o método científico e o método teológico, analisando suas características, seu objeto e finalidade, os passos para o método científico e – com especial destaque em virtude da escassez de literatura –, as premissas filosóficas e teológicas que compõem o método. Ao final deste trabalho foram retomados os assuntos centrais de cada capítulo para vislumbrar possíveis formas de diálogo e redução da resistência à fé católica, mormente no ambiente acadêmico não confessional.

---

<sup>3</sup> ZEFERINO, J. A Teologia Pública no Brasil: análise de um mapeamento. *Interações*. Belo Horizonte, v. 15, n. 01, p. 105, jan./jun.2020.



## 1 SECULARIZAÇÃO ACADÊMICA E VATICANO II

Um olhar para o mundo moderno é capaz de revelar que o Estado, a sociedade, suas instituições, a produção científica, em sua maior parte, encontram-se secularizados. Um olhar especializado é capaz de ler, nos sinais dos tempos, os fatos e dados históricos, sociais, culturais, políticos, antropológicos e teológicos que levaram o universo acadêmico onde está hoje. Abordaremos alguns desses aspectos a seguir. Neste contexto pergunta-se: há alguma perda ou ganho significativos desses centros de ensino por terem se tornado secularizados? Este trabalho busca abordar essa temática, demonstrando que a fé é pressuposto na busca de conhecimento científico e na formação acadêmica e profissional do aluno, qualquer que seja a área de pesquisa. Sobre isso, você leitor pode não concordar, mas pedimos que não abandone a leitura por enquanto, que dê uma chance para enxergar as informações que serão aqui mostradas e depois talvez repensar esta afirmação.

### 1.1 Conceito de secularização

Inicialmente é necessário explicar o que significa secularização<sup>4</sup>, conceito que foi bastante aprofundado durante o Concílio Vaticano II – CV II – e cujo verbete de dicionário explicita: “Trata-se da substituição da visão do mundo essencialmente religiosa [...] por uma progressiva afirmação da autonomia das diversas dimensões da cultura em relação a qualquer princípio transcendente e divino”<sup>5</sup>.

Na linguagem conciliar, secularização é a “autonomia [relativa]<sup>6</sup> das realidades terrestres”, ou seja, “dos homens, das sociedades e das ciências” (GS 36a). E essa autonomia resulta, dentre outros fatores, do processo histórico de modernização da sociedade vivenciado na Europa e no Ocidente a partir do século XVII, bem como do processo filosófico da

---

<sup>4</sup> Não obstante parte da doutrina teológica faça distinção entre os termos *secularidade*, *secularização* e *secularismo*, este trabalho não abrangerá essa diferenciação, usando o significado desses vocábulos de maneira uniforme e de acordo com o conceito descrito neste trabalho, retirado do Dicionário do Concílio Vaticano II. Para melhor consulta sobre essa diferença vide LEFÈBVRE, Solange. *Secularidade*. In: LATOURELLE, René; FISICHELLA, Rino (Dir.). *Dicionário de Teologia Fundamental*. 2ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. p. 716-723. PASTOR, Félix-Alejandro. *Secularização e Secularismo*. In: LATOURELLE, Rene; FISICHELLA, Rino (Dir.) *Dicionário de Teologia Fundamental*. 2ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. p. 723-726.

<sup>5</sup> MACDOWELL, João Augusto A. A. *Secularização*. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (coord.). *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2015; p. 879.

<sup>6</sup> O CV II faz uma distinção relevante entre a “autonomia relativa” (também chamada pelo Concílio de “justa autonomia”) e “autonomia absoluta”. O Vaticano II admite a primeira e, portanto, é a ótica adotada neste trabalho. Já a autonomia absoluta da atividade humana é rechaçada e significa a “independência de Deus, de modo que o homem possa usar das realidades sem as ordenar ao Criador” (cf. GS 36b). Para esse segundo preceito, que corresponde propriamente à ideologia do secularismo, o homem é “centro e fundamento da realidade”. MACDOWELL, 2015, p. 882.

modernidade. Mas dois séculos depois, a partir do século XIX, foi possível observar de forma clara suas consequências. A secularização havia tomado dimensões globais.

Como fenômeno cultural, o secularismo é também complexo, dinâmico e multifacetado, manifestando-se de diversas maneiras na vida das pessoas e na sociedade. É repleto de elementos que agem e interferem em várias áreas da vida humana, moldando a forma como o ser humano vê, percebe e pensa o mundo ao seu redor e é inserido nele. Vários estudiosos se dedicaram a pesquisar as causas desse fenômeno, sendo certo que foi fruto de um “longo e complexo processo histórico, cujas raízes últimas são numerosas e de natureza bem diversificada”<sup>7</sup>. Os estudos mais recentes já não se concentram nas suas causas, mas nas relações possíveis entre a dimensão religiosa e o homem moderno e ao que pode ser feito para resgatar essa relação, de forma que as pessoas – sejam quem forem e onde estiverem – percebam em si a necessidade do transcendente. Sobre essa relação entre o homem e o transcendente, Macdowell lembra que “a autonomia atribuída ao homem [...] não contradiz a sua heteronomia, mas é relativa a ela, já que a pessoa não se torna tal senão em função de uma transcendência, ou seja, de sua relação com o outro, em última análise o outro divino”.<sup>8</sup> Sobre isso Langevin, ao tratar a respeito da transcendentalidade da fé, afirma:

O espírito [humano] experimenta o irreprimível desejo de atingir, em sua essência, este Absoluto que polariza e dá sustentação a todo pensamento. [...] Assim o mistério de Deus é ao mesmo tempo o que não podemos dar-nos nós mesmos e aquilo a que aspiramos com todas as nossas forças.<sup>9</sup>

O secularismo é então a “situação em que o homem se apresenta como verdadeiramente autônomo e responsável por sua situação global”<sup>10</sup>. É uma característica instalada no mundo, que tem perdurado ao longo dos últimos séculos e se desenvolvido. Como um de seus efeitos de caráter positivo, promoveu, de forma direta e reflexa, a evolução da ciência, dos meios tecnológicos e uma forma diferente de se pensar no social e no humano. Interessante notar que a Igreja, no CV II, reconheceu este fato e valorizou as conquistas humanas da modernidade, atestando que as criações humanas têm relevância e valor em si mesmas. Para corroborar esta ideia, vejamos a menção descrita na *Gaudium et Spes*: “as coisas criadas e as próprias sociedades têm leis e valores próprios, que o homem irá gradualmente descobrindo, utilizando e organizando [...] e que todas as coisas possuem

<sup>7</sup> PASTOR, 2017, p. 723.

<sup>8</sup> MACDOWELL, 2015; p. 880/881.

<sup>9</sup> LANGEVIN, Gilles. Fé. In: LATOURELLE, René; FISICHELLA, Rino (dir.). *Dicionário de Teologia Fundamental*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2017, p. 274 e 276.

<sup>10</sup> PASTOR, 2017, p. 723.

consistência, verdade, bondade e leis próprias”(GS 36). Interessante notar que neste documento ainda é estabelecido um parâmetro de não subordinação entre as diversas áreas da existência humana, como as ciências e a religião.

Nesse sentido, Macdowell ressalta que [os homens] estão convencidos que o resultado de suas pesquisas no campo das ciências, bem como as soluções técnicas no âmbito econômico e político, obedece a processos próprios destes setores da atividade humana e, como tais, não podem ser subordinados aos ditames da autoridade religiosa, como acontecia na cultura pré-moderna, sob o regime da cristandade. Por outro lado, a mentalidade contemporânea exalta o valor de cada ser humano e das várias dimensões de sua existência. Ufana-se dos grandes progressos que o homem, “exercitando incansavelmente, no decurso dos séculos, o próprio engenho, conseguiu nas ciências empíricas, nas técnicas e nas artes”, “sobretudo na investigação e conquista do mundo material” (GS 15). “Os homens de hoje apreciam grandemente e procuram com ardor a liberdade” (GS 17). “Simultaneamente, aumenta a consciência da eminente dignidade da pessoa humana, por ser superior a todas as coisas e os seus direitos e deveres serem universais e invioláveis” (GS 26b) [...] “Cresce cada vez mais o número dos homens e mulheres, de qualquer grupo ou nação, que têm consciência de serem os artífices e autores da cultura da própria comunidade. Aumenta também cada dia mais no mundo inteiro o sentido da autonomia e responsabilidade” (GS 55) “Somos assim testemunhas, declaram os padres conciliares, do nascer de um novo humanismo, no qual o homem se define antes de mais pela sua responsabilidade com relação aos seus irmãos e à história” (GS 52)<sup>11</sup>

No trecho acima está em realce uma nova perspectiva do homem e da humanidade. O homem percebe que pode criar por si mesmo e que pode ir longe com isso. Faz invenções e descobertas que mudam os meios de comunicação, de locomoção, faz descobertas nas ciências, avança nas reflexões da dignidade, vida e direitos dos povos. Suas descobertas, especialmente no campo material, mostram um novo horizonte e tudo isso impacta e empolga o homem e a humanidade. Nesse caminho, abre-se uma possibilidade de perceber seu próprio valor, sua autonomia, sua potencialidade, sua dignidade, e também a dos demais. Daí é possível desenvolver um olhar para o outro, para a humanidade que o cerca, percebendo a responsabilidade que circunda cada um, especialmente a si mesmo. Esse processo pelo qual o homem passou e tem passado tem um lado auspicioso. Ele ajuda o homem a se conhecer, identificar suas características e potencialidades e mostra as escolhas que pode fazer. Nesse sentido, o homem é livre para escolher se relacionar com o transcendente, se quiser. Mas os atos de fé são inerentes a ele, inerentes à razão científica e mesmo à vida em sociedade. Falaremos mais sobre isso no próximo capítulo.

Resultado de séculos, o secularismo está posto e é salutar reconhecê-lo para que o ser humano possa identificar a si mesmo. Explicamos melhor. O secularismo é um fenômeno

---

<sup>11</sup>MACDOWELL, 2015; p. 879-880.



externo, que não compõe de início aquilo que é o mais característico do ser humano, mas pode vir a fazê-lo com o passar do tempo. Então é preciso reconhecer esse fenômeno para diferenciar o que é próprio dele e o que é próprio do ser humano. Esse processo pode ser difícil, pois ambos já se misturaram a ponto de não mais se distinguirem e formarem um corpo único. É nesse estágio que a grande parte do mundo está. Mas é possível fazer o caminho de volta para identificar aquilo que foi adquirido com o tempo, com as gerações, mas que, no fundo, não integram o núcleo essencial humano. É possível buscar a essência humana, ir atrás daquilo que é fundamental ao ser, o que compõe sua natureza e dignidade. Não é o que o homem produz ou cria que garante ao homem seu valor; mas o que o homem é. Essa percepção pode esclarecer ao homem o que lhe é fundamental e lhe dar o poder de escolha daquilo que ele quer para si. Nesse sentido, citamos parte do diálogo de Jesus com Nicodemos.

<sup>3</sup>Jesus respondeu: Em verdade, em verdade, te digo: se alguém não nascer de novo, não poderá ver o Reino de Deus” <sup>4</sup>Nicodemos perguntou: “Como pode alguém nascer, se já é velho? Ele poderá entrar uma segunda vez no ventre de sua mãe para nascer?” <sup>5</sup> Jesus respondeu: “Em verdade, em verdade, te digo: se alguém não nascer da água e do Espírito, não poderá entrar no Reino de Deus. <sup>6</sup>O que nasceu da carne, é carne; o que nasceu do Espírito é espírito. <sup>7</sup>Não te admires porque eu te disse que vós deveis nascer de novo. O vento sopra aonde quer e ouves a sua voz, mas não sabes de onde vem, nem para onde vai. Assim acontece com todo aquele que nasceu do Espírito. (Jo 3,4)<sup>12</sup>

## 1.2 Secularização e Igreja

Para a Igreja, essa “realidade significada pelo termo secularização, enquanto característica do mundo moderno [e inserida nas diferentes culturas], constitui o pano de fundo das preocupações e pronunciamentos de uma assembleia que teve como meta o *aggiornamento*<sup>13</sup> da ‘Igreja no mundo de hoje’”.<sup>14</sup> À época do Concílio Vaticano II – de 1962

<sup>12</sup> BÍBLIA SAGRADA. 2ª ed. Brasília: CNBB, 2019. p. 1469.

<sup>13</sup>*Aggiornamento* é uma palavra italiana, cuja literalidade significa “atualização, pôr em dia” ou “modernização”. Ela foi usada de forma inovadora no âmbito eclesial pelo Papa João XXIII para anunciar o escopo do CV II e foi compreendida por muitos estudiosos como princípio de pastoralidade. (ALMEIDA, José de. *Aggiornamento*. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (Coord.). *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus e Paulinas, 2015, p. 8.) “*Aggiornamento* expressou o desejo de que a Igreja saísse atualizada do Concílio, procurando encontrar uma nova apresentação dos princípios católicos ao mundo atual e moderno.”

a 1965 – a Igreja se voltou à reflexão e discussão sobre o mundo contemporâneo – cujo aspecto dominante era, principalmente, a secularidade – para então poder definir a melhor forma de lidar com ela, “seja mediante a revisão de suas próprias atitudes e estruturas, seja oferecendo a este mundo a luz do Evangelho como contribuição para a solução de seu problemas” (cf. GS 3, 10b)<sup>15</sup>.

Termos como “mundo moderno”, “modernidade”, “modernização” e “modernismo” e os desafios que cada um desses termos implicava foram tema do CV II, apesar do Concílio não ter mencionado expressamente nenhum deles, mas ter usado, 146 vezes, a palavra “mundo”, querendo expressar o “mundo de hoje”, o “mundo atual”. Este modo de falar do Concílio não foi casual e refletia o cuidado que os padres conciliares, no espírito introduzido pelo Papa João XXIII, tinham em promover a atitude básica de diálogo com o mundo<sup>16</sup>.

Importante ainda dizer que o mundo da época do Concílio trazia consigo sentimentos ambivalentes: entusiasmo pelos progressos técnico-científicos, políticos, econômicos, jurídicos e, por outro lado, angústias em relação aos problemas também advindos dessas mudanças. Como exemplo disso, o CV II reconheceu que “negar Deus ou a religião, ou prescindir deles já não é um fato individual e insólito: (...) isso é muitas vezes apresentado como exigência do progresso científico ou dum novo tipo de humanismo” (GS 7). Também a mudança no terreno dos valores e a “rápida evolução, muitas vezes processada desordenadamente”, provoca “desequilíbrios pessoais, familiares e sociais (GS 8).<sup>17</sup> Essa mudança no terreno dos valores acarretou também mudanças na academia científica, na forma de ensinar e de aprender. Vejamos o que traz o Dicionário de Teologia Fundamental sobre o assunto.

A secularidade coincide com um processo de real emancipação da vida humana e da razão histórica, em relação a um certo modo de entender o saber rigoroso e também em relação ao modo de viver a religião, no âmbito pessoal e social. O processo secularizante procura entender os diversos setores vitais de maneira imanente à própria realidade humana, sempre mais diferenciada, independentemente dos axiomas metafísicos e também de certas normas religiosas do passado. O que conta para uma hipótese científica não é sua concordância com tais sistemas metacientíficos, mas sua verificabilidade ou falsificabilidade, sua utilidade ou sua

---

(GUERRIERO, 2015, p. 242.)

<sup>14</sup>MACDOWELL, 2015, p. 879.

<sup>15</sup>MACDOWELL, 2015, p. 879.

<sup>16</sup>Há de se recordar que algumas palavras, como “moderno” e seus derivados, tinham à época caráter que podia ensejar compreensão negativa. Por isso seu uso foi evitado no CV II, seguindo a inteligência da frase “quando se quer comunicar, não se começa por excomungar” (MACDOWELL, 2015, p. 879).

<sup>17</sup>MACDOWELL, 2015, p. 879.

eficácia. Chegou-se até a falar de uma “maturidade cultural” para descrever o fenômeno da emancipação do saber científico e da autonomia da cultura humana.<sup>18</sup>

Um juízo de “maturidade cultural” é extraído do fenômeno da secularidade quando se fala da emancipação do saber científico e da autonomia da cultura humana. O homem se coloca no centro de todas as coisas, em detrimento daquilo que está além do físico e material. Se em determinado momento histórico a relação com o transcendente ocupava um lugar central e exclusivista na vida humana, interferindo em áreas que certamente estavam para além de sua competência, com o secularismo um movimento semelhante ocorre com o homem, crendo bastar-se a si mesmo e considerando-se completo e integral juntamente com seus conhecimentos e criações.

Muitas vezes a evolução da humanidade é associada ao secularismo e à modernidade. Os avanços alcançados pelo ser humano representam parte importante da história, mas não informam mais do que um aspecto da vida humana, não dão conta da integralidade do homem. Diante do antropocentrismo exclusivista, que absolutizava a razão e afastava o influxo do transcendente sobre a vida do homem, diante do cenário de secularização, a Igreja, reunida no CV II, tinha uma sugestão a fazer:

Podemos perceber que por detrás do Documento [*Gaudium et Spes*] há uma concepção de Igreja horizontal e aberta. Por um lado, pressupõe a participação de todos, sem distinção de raça, sexo, classe, mesmo que exercendo papéis diferenciados, e por outro a ideia de que todo cristão, pelo batismo, é chamado a ser um missionário a propagar e viver o Evangelho. Isso nos remete novamente à questão das diferenças culturais. Não há mais como a Igreja permanecer voltada a si mesma e a uma Europa medieval, marcada por uma cultura cristã. O mundo é outro e esses outros, de outras culturas, estão cada vez mais próximos, se não também no interior dessa mesma Europa. Esses são grandes desafios a que se viram compelidos os padres conciliares.<sup>19</sup>

A proposta da Igreja foi inovadora e surpreendente, pois ocorreu no sentido de atender o anseio de parte do povo católico e se encaixou com a realidade que se apresenta no momento histórico. Por outro lado, desafiou aqueles que integravam a Igreja. Era uma mudança muito grande e que assustava, sobretudo na defesa daquilo que eram os fundamentos da Igreja católica. Os anos do Concílio, como se sabe, foram de muito trabalho e embates, mas o movimento de reforma da Igreja foi aos poucos acontecendo, abrindo caminho ao novo para responder aos tempos de secularização. Neste percurso para uma Igreja horizontal e aberta, o Cristo foi o guia. Foi Ele a ensinar ao seu povo o verdadeiro sentido das leis e o

---

<sup>18</sup> PASTOR, 2017, p. 723.

<sup>19</sup> GUERRIERO, 2015, p. 242.

caminho de relacionar-se como igual, sem nivelamentos, mesmo que no âmbito social, econômico e político existissem profundas distinções. Foi Ele que mostrou que essas diferenças, de cunho imanente, muitas vezes não impediam o diálogo entre diferentes. Cristo orienta a Igreja a estar aberta ao homem moderno para ser corpo salvífico, se o homem aceitar esse convite.

A Igreja perante a modernidade, por meio do CV II, manifestou que não desviaria seu olhar dos progressos advindos. Eram evidentes e caminhavam no sentido de dar mais dignidade ao homem, ao seu trabalho e vida. Tratava-se, antes de tudo, de valorizar o próprio homem, em vista do qual tudo mais foi criado. Por isso acolheu essas conquistas e porque percebeu que se inseriam no anseio do Cristo. O esforço do homem moderno pela independência do indivíduo em relação à natureza e à submissão cega à autoridade – civil ou religiosa – fazia parte da sua realização plena e da economia da salvação. Em outras palavras, o Concílio enxergou as conquistas do homem como parte do projeto divino, fim último da existência. Sobre isso diz Macdowell:

Esta concepção teológica da missão do homem como colaborador da ação criadora de Deus demonstra, portanto, “que a mensagem cristã não afasta os homens da tarefa de construir o mundo, nem os leva a desatender o bem dos seus semelhantes, mas que, antes, os obriga ainda mais a realizar essas atividades” (GS 34c). Daí a exortação feita aos cristãos em favor do engajamento nas tarefas terrenas: “Longe de pensar que as obras do engenho e poder humano se opõem ao poder de Deus, ou de considerar a criatura racional como rival do Criador, os cristãos devem, pelo contrário, estar conscientes de que as vitórias do gênero humano manifestam a grandeza de Deus e são fruto do seu designio inefável” (GS 34c). **Com efeito, "a investigação metódica em todos os campos do saber, quando levada a cabo de um modo verdadeiramente científico e segundo as normas morais, nunca será realmente oposta à fé, já que as realidades profanas e as da fé têm origem no mesmo Deus" (GS 36a).** Com [...] aceno ao caso Galileu e a outros conflitos do pensamento católico com as teorias científicas ao longo dos tempos modernos, o Concílio reconhece e deplora “certas atitudes de espírito que não faltaram entre os mesmos cristãos, por não reconhecerem suficientemente a legítima autonomia da ciência e que, pelas disputas e controvérsias a que deram origem, levaram muitos espíritos a pensar que a fé e a ciência eram incompatíveis”<sup>20</sup> **[Grifos nossos]**

O concílio compreendeu que esse era um passo natural e positivo da humanidade que, de uma vez por todas, percebeu a beleza e magnitude da criação. Era necessário ajustar o posicionamento da Igreja frente a essa nova postura do homem para proporcionar o diálogo com o mundo, que percorria seu itinerário evolutivo. O ajuste no passo da Igreja não se daria de forma a modificar seus fundamentos, eles permaneciam os mesmos. Nesta oportunidade, a Igreja era o Cristo caminheiro, indicando as realidades divinas que dão significado à

---

<sup>20</sup>MACDOWELL, 2015, p. 881.

existência, que falam ao homem moderno e trazem coerência ao seu racional, emocional e falam ao seu espírito. Essa mudança de postura da Igreja foi um grande momento que serviu para ajustar seu itinerário com a humanidade e para reconhecer a melhor forma de continuar realizando sua função evangélica e salvífica.

### 1.3 A possibilidade da missão da Igreja nas diversas culturas

Para atingir o propósito santificador do Evangelho, era necessário que a Igreja lançasse olhos para o homem como ser social, constituinte e constituído pelo meio sociocultural que o envolve. Para diminuir as distâncias entre o indivíduo e a Igreja seria muito proveitoso imergir profundamente nas culturas. E sobre esse processo cultural, na GS a Igreja descreve os parâmetros que foram usados para se definir o termo *cultura*. Guerriero analisa:

A partir de uma perspectiva sociológica e antropológica, [a *Gaudium et Spes*] afirma que é próprio da pessoa humana necessitar de cultura para, através do desenvolvimento dos bens e valores da natureza, chegar a uma autêntica e plena realização (cf. GS 53a). Nesse sentido, não faz uma distinção dicotômica entre cultura e natureza. 'É próprio da pessoa humana não atingir a humanidade verdadeira e plena senão pela cultura, isto é, cultivando os bens e valores da natureza.' (GS 53a). Esse aspecto é importante de ser ressaltado, pois toda a formulação da antropologia social se deu opondo cultura e natureza, ou seja, o campo do aprendizado pelo meio social *versus* o campo dos instintos biológicos.<sup>21</sup>

Nesse ponto o documento esclarece que a cultura integra o homem e é integrada por ele, em um movimento de simbiose. É o meio onde o homem está e onde pode atingir sua humanidade verdadeira, não sendo possível, portanto, desconsiderar os aspectos culturais. No campo teológico, lembremos que Deus não fez o homem para ficar só, mas acompanhado de outras criaturas e, depois, de uma semelhante (Gn 2, 18-22). Na essência da criação e do homem existe a procura pelo próximo. Não basta todo um universo ao seu redor se ele não encontra alguém que lhe corresponda, mesmo o próprio Deus que lhe falava diretamente no Jardim do Éden. Algo falta. Mas quando esse encontro ocorre, abre-se a possibilidade de enxergar a identidade (própria e do outro), de visualizar no outro características de si mesmo e então conhecer-se melhor; mas também pelas diferenças, ser possível reconhecer-se. Ter um semelhante por perto cria e dá sentido às relações, mesmo que de forma limitada.

A relação do homem consigo mesmo, com os demais e com Deus (ainda que nesse último caso exista uma incomensurável diferença de naturezas) revela a dinâmica das

---

<sup>21</sup> GUERRIERO, 2015, p. 242.

interações humanas, inclusive a relação de amor e do serviço, que concentra a o vínculo de Deus com a humanidade. A economia da salvação perpassa a relação com o próximo, não pode ocorrer sozinha e, quanto a isso, a Igreja concebe o ser humano como um ser social, inserido em um universo cultural.

Importante observar que “nas [...] ciências humanas o termo [cultura] não é consensual e há, até hoje, um amplo debate inconclusivo [sobre seu significado]”<sup>22</sup>. Na *GS* – cujo objetivo é “constituir patamares de uma reflexão da relação da Igreja com o mundo e, por conseguinte, com a cultura”<sup>23</sup> – o termo *cultura* aparece definido como

Todas as coisas com as quais o homem aperfeiçoa e desenvolve as variadas qualidades da alma e do corpo; procura submeter a seu poder pelo conhecimento e pelo trabalho o próprio orbe terrestre; torna a vida social mais humana, tanto na família quanto na comunidade civil’ (*GS* 53a).<sup>24</sup>

Cultura é um conjunto de elementos – delimitados pelo tempo e pelo espaço – com que o homem entra em contato, se dispõe a modificar e por ele ser modificado, formando sua identidade e descobrindo seu núcleo de pertencimento. Daí se constroem afinidades, comportamentos repetitivos e hábitos, dos mais corriqueiros aos mais solenes, incluindo as formas de relação com o transcendente. Mas essas modalidades de relacionamento com o transcendente não são mero elemento cultural. Ela se insere na cultura, mas se distingue por sua natureza transcendental/metafísica e pela possibilidade de se experienciar a fé.

A forma de compreender e interpretar o mundo na cultura segue um horizonte próprio. Guerriero observa: “A cultura apresenta um aspecto histórico e etnológico. Assim, ao falar de cultura, é preciso levar em consideração a multiplicidade e diversidade cultural (53b)”<sup>25</sup>. Nas culturas que contam com uma herança judaico-cristã, o encontro com a fé e com Deus tende a ser facilitado pela proximidade que historicamente ocorreu. Essa estrutura orgânica dos grupos culturais é importante para passar, manter, robustecer e facilitar as tradições. Mas a falta dessa realidade não é um impeditivo para que o transcendente, a graça divina atue. Não há limites para o divino. Portanto, Ele pode encontrar o ser humano em qualquer cultura, em qualquer espaço e tempo, se inserindo na realidade específica. Sobre isso, João Paulo II na

---

<sup>22</sup> GUERRIERO, 2015, p. 242.

<sup>23</sup> GUERRIERO, 2015, p. 240.

<sup>24</sup> Sabe-se que cultura é um meio pelo qual se pode crescer ou decrescer nas qualidades de ser humano, mas este trabalho quer propor que, independentemente dos seus efeitos, a cultura é um meio externo que passa a integrar o ser humano.

<sup>25</sup> GUERRIERO, 2015, p. 242.

encíclica *Redemptoris Missio* manifesta a possibilidade de inclusão de toda e qualquer pessoa no *corpus Christi*:

Hoje como no passado, muitos homens não têm a possibilidade de conhecer ou aceitar a revelação do Evangelho, e de entrar na Igreja. Vivem em condições socioculturais que não o permitem, e frequentemente foram educados em outras tradições religiosas. Para eles, a salvação de Cristo torna-se acessível em virtude de uma graça que, embora dotada de uma arcana relação com a Igreja, todavia não os introduz formalmente nela, mas os ilumina de um modo adaptado a sua situação interior e às circunstâncias de realidade e tempo. Essa graça provém de Cristo, é fruto do Seu sacrifício e é comunicada pelo Espírito Santo: ela permite a cada um alcançar a salvação, com a sua livre colaboração.<sup>26</sup>

A graça de Deus pode ir ao encontro das pessoas estejam onde estiverem. De forma palpável e concreta, Deus realizou esta inserção cultural em Cristo Jesus e no envio de seus apóstolos: “Ide por *todo mundo*, proclamai o Evangelho a toda criatura.” (Mc 16, 15). Faz hoje por meio dos membros do seu corpo místico, a Igreja. A cultura e seus diversos elementos culturais podem, portanto, ser meio facilitador ou obstaculizador do encontro com aquilo/Aquele que está além da razão/intelecção, mas jamais serão impeditivos.

#### 1.4 Conclusão

Ao longo deste capítulo foi possível compreender a realidade complexa que envolve a modernidade, a secularização e sua latência nas diferentes culturas e que geram efeitos nas práticas sociais, políticas e nas novas referências científicas, tudo centrado na autonomia dos sujeitos. Esses conceitos explicam as características que o ser humano adquiriu com o passar dos últimos séculos, imerso nos valores que foram prevalecendo na história. Falamos de uma sociedade moderna secularizada que colhe os benefícios e sofre as agruras desse momento.

No ambiente acadêmico também ecoam os efeitos desse processo, inclusive com efeito multiplicador. Lá se encontram atores de formação que, em grande parte, manifestam e ministram para ideologias de secularização, mas que também acabam recebendo os frutos de um ser humano que se acha integral, mas que na verdade se encontra em retalhos, dividido. Neste ponto, relembramos a pergunta que foi feita no início do capítulo: há alguma perda ou ganho significativos desses centros de ensino por terem se tornado secularizados? E acrescentamos outra: é possível realizar pesquisas sem considerar atos de fé ou será que a

---

<sup>26</sup> JOÃO PAULO II, Papa. *Carta Encíclica Redemptoris Missio*, Roma: 1990. Disponível em [https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf\\_jp-ii\\_enc\\_07121990\\_redemptoris-missio.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_07121990_redemptoris-missio.html). Acesso em: 21 set. 2021.

razão, por si só, é capaz de produzir as respostas? Ainda sem chegar a conclusões, damos um passo na reflexão dos temas para tratar, a seguir, da fé e razão na produção científica.





## 2 FÉ E RAZÃO

A relação entre fé e razão nem sempre foi a mesma ao longo do tempo. Observando a realidade atual do mundo acadêmico é possível enxergar uma grande distância entre ambas, que coincide com o movimento de secularização. Como abordado no capítulo anterior, a chegada da modernidade trouxe consigo uma forte separação entre elas e, ao mesmo tempo, uma supervalorização da razão em detrimento da fé. Passou-se a acreditar que o conhecimento racional era capaz de produzir, por si só, grandes feitos em todas as áreas da vida. Este pensamento estava correto, exceto pelo fato de deixar de lado ou mesmo abandonar os atos de fé. Vejamos um trecho em que Guerriero expõe esta circunstância.

O cientificismo, ou crença e otimismo em relação ao poder da ciência instaura um fosso entre fé e razão, provocando uma cisão cada vez maior entre ambas. No entanto, esse credo da modernidade sofre profundos reveses durante o século XX. Não apenas a ciência não trouxe as maravilhas que prometia, como os problemas sociais se aprofundaram”<sup>1</sup>.

Max Seckler, ao falar sobre Teologia e Ciências<sup>2</sup>, faz interessante reflexão sobre o tema, que guarda estreita relação com a fé e a razão. Ele utiliza o termo *parceiros* para descrever a relação ora existente entre o cristianismo e as Ciências, informando que esta relação foi tornando-se aguerrida ao longo da era moderna, mas que “a crescente crise de legitimidade da Ciência e, por outro, a retomada da religião [... ocasionou] uma generalizada consciência de crise, que esvazia [esvaziava] a mentalidade concordista que apenas se havia consolidado”<sup>3</sup>. À luz dessa constatação histórica e da busca pela verificação sobre as interações possíveis entre fé e razão, consideraremos primeiramente neste capítulo a natureza do ato de fé e uma abordagem inicial das relações possíveis entre razão e fé. Em seguida, realizaremos um percurso sintético da história da relação entre as duas e introduziremos outra categorização relevante que possibilita evidenciar de maneira pertinente os diferentes grupos no pensamento contemporâneo em sua maneira de conceber tal relação.

---

<sup>1</sup> GUERRIERO, 2015, p. 242.

<sup>2</sup> Optamos por tratar os termos “fé e razão” e “Teologia e Ciência” como expressões que cooperam entre si, harmônicas e mesmo semelhantes no sentido expressado, apesar de não ignorarmos o salto epistemológico que há entre elas.

<sup>3</sup> SECKLER, Max. Teologia e ciências. In: LATOURELLE, René; FISICHELLA, Rino (dir.). *Dicionário de Teologia Fundamental*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2017, p. 779.

## 2.1 A natureza do ato de fé

Nas Sagradas Escrituras a fé “é a resposta integral do homem a Deus, que se revela como salvador”<sup>4</sup>. De outra maneira, a fé “acolhe as palavras, as promessas e os mandamentos de Deus; é simultaneamente submissão confiante a Deus que fala e adesão do espírito a uma mensagem de salvação”<sup>5</sup>. Como se depreende desses conceitos, a fé se dá por iniciativa da graça, que sempre inaugura e sustenta o contato com o transcendente. Mas em seguida, suscita um elemento antropológico na resposta que o homem dá [ou não] ao chamado divino, algo que a tradição hebraico-cristã consolidou com firmeza e clareza: “embora a fé, para ser um ato verdadeiramente nosso, deva encontrar em nós sua raiz ou proceder de nossas faculdades, é em Deus mesmo que tem sua fonte originária.”<sup>6</sup> É preciso ressaltar que, em sua transcendentalidade, o ato de fé “não é um ato de rendição ou uma capitulação do espírito, mas é o soberano exercício com que o homem faz seu o pensamento de Deus. Acolher a Palavra de Deus não significa renunciar à busca pessoal da verdade, mas aceder ao registro divino da verdade”<sup>7</sup>. O homem, portanto, mantém integralmente sua autonomia da vontade no processo de aquiescer [ou não] ao convite divino. Sobre isso diz Euvé: “a capacidade de decisão confere à pessoa humana uma grande autonomia, mesmo diante de Deus cuja palavra é mais do registro do ‘conselho’ do que do da ‘obrigação’”<sup>8</sup>. E sobre o ato humano de usar as faculdades racionais em busca da verdade transcendente, o Papa João Paulo II assim inicia a Carta Encíclica *Fides et Ratio*:

A fé e a razão (*fides et ratio*) constituem como que as duas asas pelas quais o espírito humano se eleva para a contemplação da verdade. Foi Deus quem colocou no coração do homem o desejo de conhecer a verdade e, em última análise, de O conhecer a Ele, para que, conhecendo-O e amando-O, possa chegar também à verdade plena sobre si próprio (cf. Ex 33, 18; Sal 2726, 8-9; 6362, 2-3; Jo 14, 8; 1 Jo 3, 2).<sup>9</sup>

No Antigo e Novo Testamento, a fé encontra seu fundamento de formas diferentes. No AT se expressa pela entrega confiante à palavra salvífica do Deus. Já no NT, em continuidade

---

<sup>4</sup> LANGEVIN, 2017, p. 274.

<sup>5</sup> LANGEVIN, 2017, p. 274.

<sup>6</sup> LANGEVIN, 2017, p. 275.

<sup>7</sup> LANGEVIN, 2017, p. 274.

<sup>8</sup> EUVÉ, François. Teologia e Ciência em diálogo crítico. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 42, n. 118, p. 317, 2010. Disponível em: <http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/935>. Acesso em: 3 dez. 2021.

<sup>9</sup> JOÃO PAULO II, Papa. *Carta Encíclica Fides et Ratio*. Roma: 1998. Disponível em [https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf\\_jp-ii\\_enc\\_14091998\\_fides-et-ratio.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_14091998_fides-et-ratio.html). Acesso em: 27 nov. 2021.

com a história da salvação do AT, soma-se o Verbo encarnado, que mostra o caminho a ser percorrido de forma mais explícita e o verdadeiro espírito da lei de Deus.

A fé dos evangelhos, como a fé do AT, não é simplesmente crença e confiança; crença e confiança surgem da fé, que, por sua vez, é aceitação de uma pessoa e de suas exigências. [...] Mas a fé implicava em obrigações e “obras” próprias a ela. [O apóstolo] Paulo nunca professou uma fé que fosse um mero sentimento inoperante.<sup>10</sup>

Pode-se dizer que as percepções do AT e do NT sobre o significado da fé tratam, em seu cerne, da mesma fé, que implica em disposições morais de confiança, entrega, obediência e adesão à mensagem. “Confiança e entrega a Deus presente na palavra e na ação de Jesus. Obediência que torna o crente semelhante ao crucificado-ressuscitado e que dá o Espírito dos filhos de Deus (Paulo); adesão ao testemunho do Pai e do Filho (João)”<sup>11</sup>. Em outro trecho:

Na ordem moral, a fé implica o *consentimento refletido* à condição de criatura; supõe confiança e entrega. Confiança incondicionada numa sabedoria e num amor infinitamente além do que podemos conceber; podemos entregar-nos sem temor Àquele que é verdade e bondade absoluta. A fé supõe ainda a entrega ao poder criador de Deus ou a *recusa da autossuficiência*. O reconhecimento dos limites próprios dispõe precisamente a não deixar-se aprisionar por eles; embora não se coloque diretamente em condições de superá-los, permite reconhecer que não é alienação submeter-se àquele que não tem limites.<sup>12</sup>

Neste trecho chamamos atenção aos termos “consentimento refletido” e “recusa a autossuficiência”. Ambos têm nexos significativos, pois implicam no reconhecimento de que são criaturas diante do Criador, em um posicionamento aberto ao aprendizado, humilde, não presunçoso e conhecedor de tudo. Essa abertura no intelecto e na vontade do homem, também é uma abertura espiritual. O “consentimento refletido” é conduzido por uma vontade e inteligência atuantes. E a graça convida a vontade do homem a crer para além daquilo que lhe é racionalmente compreensível, para além daquilo que os sentidos humanos podem lhe informar. Para isso é imprescindível que o homem, a todo momento, esteja diante de seus limites, da própria fragilidade e abdique do comportamento de altiva “autossuficiência”. Sobre a disposição espiritual:

A fé, portanto, não revela tanto o poder das inteligências quanto a qualidade do olhar... Aos olhos da fé a humanidade aparece dividida em duas raças espirituais [...]. Uns, estranhos à verdade, não enxergam os sinais realizados em sua presença, a

---

<sup>10</sup> FÉ. In: MCKENZIE, John L. *Dicionário Bíblico*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983. p. 342-343.

<sup>11</sup> LANGEVIN, 2017, p. 274.

<sup>12</sup> LANGEVIN, 2017, p. 275, *italico nosso*.

palavra não penetra neles, a luz os cega. Para os outros, os que ‘operam a verdade’, tudo é luz, sinal, obra, testemunho, selo do Pai.<sup>13</sup>

O processo interno da fé apresenta um itinerário que culmina com um elemento qualitativo no olhar. A livre-decisão de se deixar conduzir por este movimento interior desenvolve uma abertura para enxergar aquilo que só é possível ver mediante a graça e por meio da perspectiva da fé. Aqueles que insistem em sua autossuficiência e resistem ao ímpeto pela verdade permanecem com a visão obnubilada, apenas enxergando os dados sensíveis e demonstráveis. A força desse assentimento é tão intensa que diz Langevin: “O assentimento à ressurreição de Cristo, coração da fé cristã, resulta da mesma força que provocou a ressurreição; a fé é, enfim, resposta a um chamado interior e gratuito por parte de Deus.”<sup>14</sup> O assentimento à Revelação divina manifesta a alteridade do Absoluto, a radicalidade de Deus ao se relacionar com o homem, revelando de forma tão concreta seus mistérios. Manifesta também a liberdade do homem como dom divino, que pode inclusive negar o Divino.

É na liberdade plena que aceito deixar-me seduzir pela nova vocação que Deus me propõe: a participação, graças à encarnação, na própria condição do filho de Deus. A decisão do crente não versa somente sobre os meios que o dirigirão para um fim já fixado, mas sobre o próprio fim último” [...] A fé é livre, fundamentalmente porque eu aceito ser atraído, para além de tudo o que posso conceber ou querer por mim mesmo, pelo bem representado pelo acesso à rede das relações trinitárias. A graça atinge-nos naquela decisão em que acolhemos um sentido novo para nosso ser em sua globalidade. “Não é através da proclamação exterior da lei e da doutrina – escrevia Agostinho, em sua refutação das teses de Pelágio – mas através de uma poderosa ação interior e secreta, admirável e inefável, que Deus é o autor, no coração dos homens, não somente das verdadeiras revelações, mas também das decisões voluntárias conformes ao bem” (*De gratia Dei et de peccato originali*, XXIV, 25).<sup>15</sup>

A fé confiante, obediente e livre na graça deve gerar, como repercussão automática e natural, o seguimento do Cristo. A adesão do intelecto, da vontade e do espírito do homem também deve gerar uma manifestação exterior em gestos concretos, como discípulo da graça, conforme o registro do apóstolo de que “Assim também a fé: se não se traduz em ações, por si só está morta” e “Assim como o corpo sem o espírito é morto, assim também a fé, sem a prática, é morta” (Tg 2,17.26)<sup>16</sup>. Essas obras das quais se fala são fruto de um impulso interno da fé, como uma necessidade própria de seguir a Cristo, e não somente em função das obras a serem praticadas. Portanto, não é a obra por si mesma, mas o movimento interior da graça no

<sup>13</sup> D. MOLLAT, *Études johanniques*. Paris, 1979, p. 84-85 *apud* LANGEVIN, 2017, p. 275.

<sup>14</sup> LANGEVIN, 2017, p. 275.

<sup>15</sup> LANGEVIN, 2017, p. 275-276.

<sup>16</sup> BÍBLIA SAGRADA. 2ª ed. Brasília: CNBB, 2019. p. 1655-1656.

homem, que o conduz para viver a vida cristã em plenitude e com autenticidade<sup>17</sup>, expressando o aspecto relacional da fé com próximo e com Deus. “Como conhecer o Cristo senão entrando no caminho de seu seguimento vivo?”<sup>18</sup> É preciso segui-Lo expressando com a prática a caridade originária da fé: “Com efeito, em Jesus Cristo, o que vale é a fé agindo pelo amor”<sup>19</sup>. É a oportunidade em que a fé se faz concreta nas práticas “ética, interpessoal, ético-política, social, pastoral e assim por diante”<sup>20</sup>.

Nesse sentido, “A fé esclarece a prática [e será sempre o ponto inicial nesta relação<sup>21</sup>], mas também a prática esclarece, a seu modo, a fé”<sup>22</sup>. Os gestos concretos de caridade – os quais Boff denomina “fé-prática” – ampliam o sentido inicial da “fé-palavra”, dando densidade epistemológica e lançando luzes reflexas sobre o conteúdo da fé. “[A prática] ajuda a desvelar o Deus revelado, sua verdade e seu projeto na história. Iluminada, ilumina, como por efeito de retorno (‘volta dialética’)<sup>23</sup>. Desse modo, a Revelação mostra-se perene e contínua ao longo da história, renovando seu conteúdo a cada momento da história do homem. Assim, as teologias da práxis – tais como a teologia política, da libertação, da esperança – trouxeram uma contribuição expressiva para o conteúdo epistemológico da fé e atuação da teologia, que incorporou a “fé-prática” ao seu processo do metodológico<sup>24</sup>.

As teologias da prática, sobretudo a Teologia da Libertação, ampliaram o eixo: Fé-Razão (teológica), agregando-lhe a Vida. Daí a fórmula extensa: Fé-Teologia-Vida. O que vemos aí? Vemos, primeiro, que a Vida não aparece como mera consequência da fé, mas atua como o *primum intentionis*. A esse título, a Vida atua energeticamente sobre todo o processo teológico<sup>25</sup>. A bem da verdade, as teologias da prática, em particular a Teologia da Libertação, além de estabelecerem a prática como o vis-à-vis da fé no processo teológico sob a forma Fé-Teologia-Vida, instauraram a “volta dialética”: Vida-Teologia-Fé. O método não é mais a mão única, como na teologia clássica. É a mão dupla. Daí ser um método dialético. É a ideia do “confronto” Evangelho-Vida, onde a teologia funciona como a mediação científica a serviço da Vida de fé.<sup>26</sup>

<sup>17</sup> Nesse sentido Santa Terezinha de Lisieux afirmava: “o que agrada a Deus em minha pequena alma, é que eu ame minha pequenez e minha pobreza. É a esperança cega que tenho em sua misericórdia.” (SANTA TEREZA do Menino Jesus e da Sagrada Face. *História de uma Alma*. 19ª ed. São Paulo: Loyola, 2015).

<sup>18</sup> BOFF, Clodovis. *Teoria do Método Teológico*. 2ªed. Petrópolis: 1999, p. 160.

<sup>19</sup> BÍBLIA SAGRADA. 2ª ed. Brasília: CNBB, 2019. p. 1596, nota a Gl. 5, 1-12.

<sup>20</sup> BOFF, 1999. p. 157.

<sup>21</sup> Sobre isso vide BOFF, 1999, p. 184: “no confronto dialético Fé-Vida, o polo dominante, do ponto de vista epistemológico (não da prática ética), é sempre a Fé, enquanto Palavra de Deus ou Narrativa santa. É a Palavra que anima e julga soberanamente toda a vida, tanto a da fé explícita como qualquer outra. Toda a prática, dos cristãos ou dos não cristãos, necessita, do ponto de vista teológico, do discernimento da fé revelada”.

<sup>22</sup> BOFF, 1999, p. 158.

<sup>23</sup> BOFF, 1999, p. 159.

<sup>24</sup> BOFF, 1999, p. 167.

<sup>25</sup> BOFF, 1999, p. 167.

<sup>26</sup> BOFF, 1999. p. 182.

Na análise da trilogia “fé-teologia-vida” não se pode deixar de falar sobre o pobre, conjuntura de coração que propicia a melhor condição para compreender o reino dos céus, conforme Jesus já havia mencionado “Eu te louvo, Pai, Senhor do céu e da terra, porque escondeste estas coisas aos sábios e entendidos e as revelaste aos pequeninos” (Mt 11,25-26). O coração pobre, essa condição do espírito, conta com um privilégio para compreensão dos mistérios divinos, contrariando a lógica moderna de que a sapiência deve vir principalmente pelo grau intelectual e estudos científicos. Talvez porque não se trata aqui de mero conhecimento natural, mas essencialmente das coisas eternas e por isso só aquele que consegue se despojar, com humildade de coração, consegue alcançar esse conhecimento do céu. E o pobre no âmbito material, muitas vezes, tem essa predisposição [que não necessariamente se confirma, é predisposição] para alcançar as coisas do alto.

Essa preferência pelo pobre se refletiu no próprio Deus encarnado: de família pobre, natural de povoado periférico, sem ter lugar que o recebesse para seu nascimento e, por isso, nascido no estábulo de animais, perseguido, desacreditado, rejeitado em sua própria terra e condenado a morte mais degradante e humilhante da época. Mas a pobreza externa do Cristo escondia o mistério Deus-Filho! E esse era o caminho que Cristo desenhava ao homem: era preciso ser pobre de coração, humilde em espírito e ciente da própria pequenez e fragilidade para se colocar na direção do mistério divino. “Aos pobres é anunciado o Evangelho” (Lc 7,22); os pobres são os bem-aventurados que herdarão o reino de Deus (Lc 6,20). O pobre em espírito tem a sensibilidade/dor necessária, o desapego de si para compreender mistérios Evangélicos que só podem ser vistos por quem já sentiu. O apóstolo Paulo já afirmava que a verdadeira sabedoria é a loucura da cruz (1Cor 1-2). “De resto, para além de uma visão pauperística do pobre, importa compreender que o pobre socioeconômico é um representante eloquente da comum condição humana. Ele revela o que é no fundo o ser humano: necessitado, passível e mortal”<sup>27</sup>.

Mais um ponto é relevante ser reforçado, em função do necessário reconhecimento da verdade dos atos de fé. A natureza da fé implica na cumulação de elementos: o conhecimento da Revelação (fé-dogmática ou fé-informada) e a prática de obras pelo ágape (fé-prática). Cada um desses elementos não pode sozinho conduzir à verdade, à salvação. Mas seu somatório, esse sim. Isso porque o prévio conhecimento e a intenção aplicada são determinantes para o resultado da fé salvífica. “Com efeito, em Jesus Cristo, o que vale é a fé

---

<sup>27</sup> BOFF, 1999, p. 176.

agindo pelo amor”<sup>28</sup>. E em outro trecho: “‘Tu tens a fé, e eu tenho obras!’ Mostra-me a tua fé sem as obras, que eu te mostrarei a minha fé a partir de minhas obras! Tu crês que há um só Deus? Fazes bem! Mas também os demônios creem isso, e estremecem de medo” (Tg 2,18-19). A fé dos demônios identifica um conhecimento doutrinário bastante profundo da Revelação, chegando a reconhecer a messianidade de Jesus antes de qualquer pessoa (Mc 1,24), mas ao mesmo tempo identifica uma incapacidade absoluta de realizar as obras pelo ágape. E isso se repete nos tempos de hoje quando a fé-doutrina é utilizada de forma superficial e literal e sem real intenção salvífica ou quando a prática é inteiramente desligada de qualquer intenção agápica. Tal engodo não pode caracterizar a fé aqui descrita.

## 2.2 Relações entre fé e razão

Hansjürgen Verweyen afirma que são diversos os níveis de interação entre fé e razão e, portanto, podem existir vários modos de realizar uma reflexão metódica. O autor elenca três, das quais passamos a tratar. O primeiro se explicita na ideia de que “razão e fé implicam-se reciprocamente de forma absolutamente imediata no ato de fé, razão pela qual até mesmo o mais livre dom de graça da Revelação pode sempre ser assumido somente no horizonte de uma determinada compreensão humana”<sup>29</sup>. Interessante notar que a perspectiva do autor, aprofundada pelos estudos da hermenêutica no século XIX, é a de que o ato de fé é alcançado com o uso imediato da razão, sendo que fé e razão agem reciprocamente uma na outra. Essa afirmação de Verweyen faz pensar se a recíproca também poderia ser verdadeira, ou seja, que talvez os atos imanentes também impliquem mutuamente o exercício da fé e da razão. Na verdade, Verweyen traduz essa possibilidade na terceira forma de perceber a relação entre fé e razão, mas observa algumas condições para isso. Aprofundaremos adiante.

O autor faz uma observação importante: “a compreensão de um horizonte cognitivo anterior acontece sempre com base numa pré-compreensão atual, também esta historicamente condicionada.”<sup>30</sup> Portanto, faz o alerta de que no trabalho histórico – como, por exemplo, o de interpretar testemunhos de fé – é necessário tomar consciência e pontuar o mais acuradamente possível esta pré-compreensão – e não tem problema que seja feita por meio de abordagens cognitivas diversas, a que o autor chama de “categorias válidas” – para que ela não interfira

<sup>28</sup> BÍBLIA SAGRADA, 2019. p. 1596, nota a Gl 5,1-12.

<sup>29</sup> VERWEYEN, Hansjürgen. Razão / Fé. In: LATOURELLE, René; FISICHELLA, Rino (dir.). *Dicionário de Teologia Fundamental*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2017, p. 606-609.

<sup>30</sup> VERWEYEN, 2017, p. 606.



de maneira irrefletida na interpretação do dado único da Revelação.<sup>31</sup> Os dados de fé dos momentos passados são transmitidos para as gerações posteriores – pela Sagrada Escritura, Tradição e magistério da Igreja – mas é sempre uma transmissão interpessoal, que exige cuidadosa análise interpretativa.

O segundo modo de ver a relação entre razão e fé se reflete no horizonte cognitivo escolhido para se alcançar verdades válidas. Verweyen ilustra: os Padres da Igreja escolheram Platão; na Escolástica tinha-se uma preferência para Tomás de Aquino e a filosofia aristotélica; R. Bultmann elegeu a análise da existência do primeiro Heidegger<sup>32</sup>. Os teólogos podem escolher diferentes *categorias válidas* para buscar a verdade, sendo que uma não necessariamente exclui a outra, mas pode geralmente coexistir, como de fato muitas coexistem até hoje. Essas múltiplas perspectivas mostram aspectos diferentes da mesma verdade, indicando para a possibilidade da multiplicidade de olhares legítimos que alcançam o princípio maior. Sobre isso, permanece, até os dias de hoje, o questionamento se “é conveniente prosseguir na busca da adequação maior de determinadas formas de pensamento para os enunciados teológicos.”<sup>33</sup>

“Além da forma e do modo como a razão transparece e emerge na fé, seja de maneira imediata, seja reflexa,”<sup>34</sup> Verweyen sugere examinar a fé, em sua globalidade, ulteriormente considerada diante da razão, com o principal objetivo de promover sua justificação. Essa reflexão era tradicionalmente realizada pela apologética e pela Teologia Fundamental, que procuravam responder, dentre outras, a seguinte pergunta:

Se [...] a mera tentativa de uma justificação da fé diante da “razão” não seja inadmissível ou pelo menos absurda. Com efeito, se não quisermos referir-nos à simples verificação da concordância interna das afirmações de fé, mas sim ao passo a ser dado diante de uma razão secular (ainda) não comprometida cristãmente, neste caso a este passo parecem opor-se importantes afirmações da Sagrada Escritura, pela obscuridade em que ainda está imersa qualquer razão não conquistada e permeada pela fé. Afinal, pode a fé estar submetida a tal veredicto da razão secular, sem renunciar a si mesma?<sup>35</sup>

A perspectiva racional da fé sobre a ótica filosófica e teológica, bem como a busca pela resposta à pergunta acima tiveram repercussões e tratamentos distintos ao longo da história, razão pela qual faremos, seguindo os passos de Verweyen, um detalhamento sobre cada um dos momentos marcantes à temática.

---

<sup>31</sup> VERWEYEN, 2017, p. 606.

<sup>32</sup> VERWEYEN, 2017, p. 606.

<sup>33</sup> VERWEYEN, 2017, p. 606.

<sup>34</sup> VERWEYEN, 2017, p. 606.

<sup>35</sup> VERWEYEN, 2017, p. 607.

### 2.3 Panorama histórico das relações entre fé e razão

Na Patrística, Justino mártir, em sua primeira apologia (por volta do ano 150) demonstrou a concordância filosófica da Revelação cristã, além de demonstrar a impertinência nos mitos dos deuses gregos em relação ao Logos. Orígenes também se destaca por sua apologia *contra Celsum* (terminada em 248), em que defende o sentido da Revelação cristã e o caráter extraordinário dos fatos. “Segundo Orígenes, a credibilidade dos milagres e da ressurreição de Jesus demonstra-se, em última análise, através da força do testemunho dos seguidores de Jesus, que estão prontos a responder por seu anúncio até a morte.”<sup>36</sup> A compreensão desses autores se deu também considerando que, nesta época, Filosofia e Teologia não eram disciplinas autônomas entre si, considerando-se muito do que foi produzido por Platão como Teologia.

Na Escolástica, logo no seu início, foi possível reconhecer a autonomia da Filosofia e da Teologia no que dizia respeito ao método. No entanto, esse processo ocorreu de formas distintas, de maneira especial nos estudos de Anselmo de Cantuária e Tomás de Aquino. Anselmo de Cantuária, aproveitando o pensamento da racionalidade imanente na fé (*credo ut intelligam*) de Agostinho, mas agora obedecendo às novas determinações da Ciência da Escolástica, traduz o pensamento *fides quaerens intellectum* de forma bastante metódica e sistemática. Segundo ele,

a razão que pecou esconde a si mesma sua possibilidade e realidade inata. Tendo-se libertado mediante a fé, ela, com *rationes necessariae* e sem fazer referência aos dados da fé, está em condições de descobrir que está orientada para o Deus da Revelação cristã. [...] Na tentativa, que é própria da razão humana, de transcender tudo, manifesta-se a existência daquele “*quo nihil maius cogitari potest*” (Proslogion 2-4; Deus: provas da existência de Deus)<sup>37</sup>.

Tomás de Aquino, de maneira distinta, percebe a possibilidade de enxergar nas obras de Aristóteles a racionalidade necessária para conhecer a Deus. Mas nesse caso faz uma diferenciação rigorosa daqueles fatos que pudessem ser extraídos da razão – que ele chama teologia natural – daqueles fatos extraordinários que a razão não teria condições de alcançar – que ele chama de Revelação sobrenatural. Nesta segunda categoria se enquadrariam, por exemplo, o mistério da Trindade, a encarnação, a transfiguração, realidades que “só pode [podem] ser justificada [justificadas] diante da razão, mediante sinais externos, especialmente

---

<sup>36</sup> VERWEYEN, 2017, p. 607.

<sup>37</sup> VERWEYEN, 2017, p. 607.

milagres e profecias – como o conteúdo de uma carta fechada resulta ser vinculante através do selo real impresso nela”<sup>38</sup>.

A partir da Idade Moderna, sob a constância do iluminismo, houve uma grande ruptura na forma de se pensar a relação entre razão e fé. Foram momentos em que se viveu uma oscilação entre o afastamento amistoso das ideias da Revelação frente ao horizonte da racionalidade (“e os milagres aparecem interessantes somente em vista de seu valor probante externo e não por sua importância como sinais”<sup>39</sup>), até vigorosa animosidade, com a ideia de imposição extra racional da Revelação – com a “imagem da Igreja cristã nas guerras de religião e dos regimes absolutistas ocidentais, em que se considerava como positivamente revelado o que se apresentava como doutrina cristã vinculante, na base das composições vigentes entre Estado e Igreja”<sup>40</sup>. Nesse último sentido, a Revelação deveria, a todo custo, ser repelida e combatida.

[...] questões como as relativas à possibilidade de princípio de uma Revelação vinculante para a razão autônoma, ou ao sentido e respectivamente à cognoscibilidade dos milagres, foram colocadas com incisividade diferente, de acordo com o âmbito político diferente. Primeiro com cautela, por parte dos pais do deísmo inglês (Herbert de Cherbury e John Toland) e, em seguida, com radical hostilidade em relação à Igreja, por parte dos autores da Revolução Francesa (Voltaire e os enciclopedistas) e, finalmente, com crescente precisão conceptual, em âmbito linguístico alemão, onde, pelo final do século XVIII, começaram a criar-se pressupostos relativamente válidos para um diálogo aberto entre teologia e filosofia (Lessing, Kant, Fichte). O desabamento da confiança na tradição da Igreja teve como consequência que, além do sentido da Revelação, agora, com o surgimento da crítica histórica, também o fato da originária Revelação cristã se tornasse cada vez mais objeto de interrogações, sobretudo com a *Leben-Jesu-Forschung* [busca pelo Jesus histórico], que teve início com H.S. Reimarus<sup>41</sup>.

Nos séculos seguintes, XIX e XX, surgiram novas ideias sobre a justificação racional da fé, assim como também surgiram novos embates. Neste período houve relevante aprofundamento das pesquisas históricas sobre o tema<sup>42</sup>. Inicialmente, essas abordagens não alcançaram espaço na neoescolástica, pois estavam marcadamente em defesa do magistério da Igreja. Mas posteriormente, em meados do século XX, especialmente após o CV II, essas linhas de pensamento teológico ganharam espaço, pela primeira vez, no mundo católico.

No momento atual é patente a necessidade da intermediação do elemento antropológico da Revelação na reflexão entre razão e fé. As estruturas linguísticas revelam-se

<sup>38</sup> cf. *Summa contra Gentiles* I 1-9; STh I, 1; III, 43,1 *apud* VERWEYEN, 2017, p. 608.

<sup>39</sup> VERWEYEN, 2017, p. 608.

<sup>40</sup> VERWEYEN, 2017, p. 608.

<sup>41</sup> VERWEYEN, 2017, p. 608.

<sup>42</sup> Sobre isso consultar VERWEYEN, 2017, p. 608.

elementos essenciais ao homem, como elo fundamental de relação/comunicação entre o homem e o transcendente e entre os homens entre si. Por isso, a justificação da fé perante a razão – que por tantos séculos foi objeto de estudo da apologética e Teologia Fundamental<sup>43</sup>, em ambas com uma perspectiva universal e supratemporal – deu lugar a outras disciplinas com concepções bastante específicas e com uma interpretação “transcendental da razão, em seu nexos histórico-intersubjetivo entre língua e comunicação”<sup>44</sup>. Essa mudança ocorreu com forte influência da filosofia da linguagem (especialmente depois do último Wittgenstein) e da teoria crítico-social do discurso (J. Habermas)<sup>45</sup>.

O discurso teológico então pode ser analisado com base nas ferramentas da hermenêutica e da filosofia do discurso, desembocando na teologia narrativa por exemplo. Mas a teoria crítica propõe mais do que isso, propõe captar as forças expressas ou escondidas nos dados da língua e da linguagem, aquelas que manifestam em si as estruturas do poder. Daí decorrem a teologia feminista, a teologia das minorias, a teologia da libertação, a teologia política. Quanto a isso Verweyen alerta:

Mas esta tematização crítica em relação ao poder da mediabilidade antropológica da Revelação, reconhecida como urgente na discussão hodierna, está, ela mesma, submetida ao questionamento sobre como se podem encontrar critérios válidos para sua operação crítica. Este questionamento é complicado pelo fato de que, no horizonte da hermenêutica e da filosofia da linguagem, se apresenta como inútil a busca de critérios geralmente válidos (não só historicamente vigentes). Se a crítica linguística não quiser mover-se num círculo vicioso (não somente hermenêutico), coloca-se então o problema de uma “filosofia primeira” que chegue a critérios definitivos como orientação para a compreensão hermenêutica. Com efeito, existem abordagens notáveis (cf. H. Peukert, P. Hofmann) mas, em meu entender, ainda não existe nenhuma concepção sistemática convincente.

Hoje a relação entre razão e fé é dialética, segundo Verweyen, em um movimento que admite intercâmbio entre ambas. A questão mais proeminente que tem se imposto neste cenário se refere basicamente ao sentido de religião e da Revelação e às situações concretas voltadas às instituições seculares de hoje e se há alguma “contribuição dada pela Revelação cristã ao pensamento ‘pós-cristão’”<sup>46</sup>. Esse foi um dos motivos pelos quais este trabalho foi proposto. Mas quanto à justificação da fé perante a razão, não é possível que seja feita por meio de uma abordagem completamente extrínseca do fato histórico definitivo da Revelação.

---

<sup>43</sup> A hermenêutica incide epistemologicamente na Teologia Fundamental, sobretudo quando ela é elaborada mediante perspectivas como por exemplo: teologia política de Metz, teologia da libertação de Gutiérrez, teologia feministas de Fiorenza.

<sup>44</sup> VERWEYEN, 2017, p. 608.

<sup>45</sup> Cf. VERWEYEN, 2017, p. 608.

<sup>46</sup> VERWEYEN, 2017, p. 609.

Essa opção já foi rejeitada pela Igreja (cf. DS 3008), com base no conceito de Revelação entendido na nova maneira expressa pelo primeiro capítulo da *Dei Verbum*. Para alcançar este intento, a Teologia Fundamental tem buscado saídas, atenta às advertências levantadas por alguns autores, conforme trecho a seguir.

A Teologia Fundamental, na esteira da “nova investigação sobre o Jesus histórico”, retomada depois de Bultmann, acredita hoje em dia poder fornecer a justificação exigida pela razão histórica. Ao fazer isto, porém, é quase totalmente negligenciado o antigo dilema, colocado em evidência por Lessing, Kierkegaard e pela teologia dialética, segundo os quais os resultados meramente prováveis de uma pesquisa histórico-objetivante não fornecem nenhuma base adequada para dar conta de um compromisso incondicionado. Alguns caminhos para um tratamento metódico mais adequado da questão concernente ao *factum christianum* vão-se, no momento, delineando só em grandes linhas (cf. P. Stuhlmacher, H. Verweyen).<sup>47</sup>

Considerado sucintamente o panorama histórico para melhor compreender como se dá o liame entre razão e fé, mostra-se pertinente explicitar outra categorização que possibilitará notar sinais dos diferentes grupos de pensamentos presentes no panorama contemporâneo e permitirá refletir sobre alguns elementos metodológicos importantes para a pesquisa.

#### **2.4 Outra forma de classificar a relação entre fé e razão**

Os estudos teológicos elencam comumente quatro formas de compreender a relação entre razão e fé: 1) fideísmo, 2) racionalismo, 3) razão limitada mas única confiável, e 4) razão natural adjacente a fé sobrenatural e superior<sup>48</sup>. A seguir, falaremos sobre elas, considerando especialmente o trabalho apresentado por Alves<sup>49</sup>. Neste trabalho, o autor acrescenta um quinto modo de compreender essa relação, sustentando a fé como elemento indispensável à razão científica.

O fideísmo – também denominado de tradicionalismo – constitui um grupo de pensamento que se empenha no exercício de suprimir a razão, colocando em destaque suas fragilidades, incertezas e antinomias, ao mesmo tempo em que supervaloriza a fé como a única forma de se alcançar a verdade. Por isso, dispensa completamente a razão nas suas formulações com a justificativa de assim manter a autenticidade da Revelação e da fé. Esta

---

<sup>47</sup> VERWEYEN, 2017, p. 609.

<sup>48</sup> EPIS, Massimo. *Teologia Fondamentale: la ratio della fede cristiana*. Brescia: Queriniana, 2009, p. 80-81 *apud* ALVES, César Andrade. Fé no exercício da razão científica? Sobre premissas da razão. In: *Anais do XII Simpósio Internacional Filosófico-Teológico*. Belo Horizonte: FAJE, 2016, p. 2. Disponível em <http://faje.edu.br/simposio2016/arquivos/comunicacoes/doutores/CesarAndradeAlves.pdf>. Acesso em: 21 set. 2021.

<sup>49</sup> ALVES, 2016, p. 1-14.

corrente rejeita e afronta a atividade crítica do raciocínio, fazendo valer tão-somente a convicção subjetiva da pessoa ou a interpretação literal de um texto<sup>50</sup>. Surgiu no contexto histórico do início do século XIX, quando os movimentos iluministas na Europa, especialmente na França, questionavam o equilíbrio entre fé e razão. Foi uma reação ao racionalismo do século XVIII e ao que os enciclopedistas haviam declarado a respeito da razão. Os motivos de credibilidade da razão não lhes parecem aptos a sustentar-se de forma consistente. Mas, para os fideístas, a fé encontra seu fundamento em si mesma e seria, portanto, suficiente. Mas sobre isso, Latourelle pondera:

Embora a fé seja livre, isto é, não resulte de uma série de argumentos cogentes, não deixa de ser um *obsequium rationabile*, isto é, uma opção sensata. Não é evidente que Cristo seja Deus, mas suas declarações, sua vida, suas obras, sua mensagem e sua ressurreição constituem motivos de credibilidade da Revelação que Ele personifica. A teologia católica distancia-se de duas concepções incompletas da fé: uma fé-homenagem confiante, praticamente sem conteúdo, e uma fé-consentimento numa doutrina, mas despersonalizada. A adesão de fé envolve ao mesmo tempo o conhecimento e o amor<sup>51</sup>.

O Magistério da Igreja esteve atento e, por diversas vezes, indicou os excessos do fideísmo, como “com Pio IX, na encíclica *Qui pluribus*, em 1846 (DS 2775-2780), e sobretudo com o Vaticano I (DS 3008-3009), com Leão XIII, na encíclica *Aeterni Patris*, em 1879 (DS 3135-3138), e com Pio XII, na encíclica *Humani Generis*, em 1950 (DS 3875)”<sup>52</sup>. Além do decreto *Lamentabili sane exitu* em 1907, do Santo Ofício, ratificado pelo Papa Pio X. Estes documentos reconhecem a importância probante e credibilidade dos dados que indicam a existência de Deus, identificando também a atuação interior da graça.

Hoje em dia, uma espécie de fideísmo está viva no mundo contemporâneo. Uma das causas para isso foi a redução da importância da Teologia Fundamental após o CV II e a *Normae Quaedam*, que deviam inspirar a reforma dos estudos eclesiais. Muitos seminários e faculdades retiraram ou reduziram a outras disciplinas em seus planos de curso, e isso acabou repercutindo nas formações e de forma contínua. Ocorre, no entanto, que muitos questionamentos que brotam no fiel cristão – como “origem histórica do cristianismo, realidade e identidade de Jesus, realidade histórica de sua mensagem e de suas obras, sobretudo dos milagres, da ressurreição, da vontade e natureza do projeto eclesial, fundado

<sup>50</sup> Oportuno mencionar que o conceito de fideísmo no vocabulário protestante é completamente diferente do apresentado. “No vocabulário protestante, fideísmo [...] designa a salvação exclusivamente através da fé. Assim Lutero rejeita a filosofia como exaltação da razão e da natureza. Entende a fé como uma pura entrega confiante em Deus que salva e justifica.” (LATOURELLE, 2017, p. 281)

<sup>51</sup> LATOURELLE, René. Fideísmo e tradicionalismo. In: LATOURELLE, René; FISICHELLA, Rino (dir.). *Dicionário de Teologia Fundamental*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2017, p. 280.

<sup>52</sup> LATOURELLE, 2017, p. 280.

em Pedro e nos apóstolos”<sup>53</sup> – acabam surgindo ora ou outra e não conseguem ser explicados de forma satisfatória, causando perdas ao corpo de Cristo. Os questionamentos prosseguem, conforme atesta Latourelle: “Podemos até refugiar-nos durante algum tempo num fideísmo mascarado, mas os problemas subsistem e estão sempre às portas da Igreja. Podemos até recusar-nos a enxergá-los, mas não se poderá aboli-los”<sup>54</sup>.

Em hipótese oposta ao fideísmo, o racionalismo – também denominado intelectualismo – rejeita absolutamente o uso da fé com o objetivo de se manter a autenticidade do raciocínio e do pensamento. Na sua forma original, considera que a razão é a única instância capaz de chegar à verdade, rejeitando, de qualquer forma, os atos de fé na elaboração do raciocínio. Bernd Groth ainda afirma que “[O racionalismo] é contrário também a toda religião que se funde sobre uma Revelação, para a qual, como se sabe, a raiz do conhecimento não se encontra na razão, mas na Revelação”<sup>55</sup>. Essa corrente é típica do século XIX (segunda fase da revolução industrial, positivismo, revoluções liberais promovendo “livre-pensadores”), quando a fé é rechaçada na produção da Ciência e, mais do que isso, é considerada um estágio imaturo e ingênuo do ser humano. É possível ver essa corrente viva nos tempos atuais, especialmente no cenário acadêmico não confessional.

A próxima corrente é aquela que reconhece limites à razão, mas a considera como a única via confiável. Na sua forma mais elementar, sustenta que a razão é a única instância capaz de chegar à verdade, admitindo os atos de fé, exceto para elaboração do conhecimento. Interessante observar que a fé não é tratada com hostilidade ou menosprezo, mas como instância insuficiente para emitir juízo seguro e confiável a respeito do conhecimento. Essa corrente entende inclusive que há limites à razão, que ela não é capaz de dar resposta a tudo. Entende que os espaços que a razão deixa em aberto, não podem ser preenchidos pela fé, pois é um estado imaturo e infantil do ser humano.

A próxima corrente é aquela que considera a razão natural e adjacente e que pode ser conjugada com a fé sobrenatural e superior. Alves afirma que essa quarta corrente é a mais aceita na Teologia católica, desde o final do século XIX e é normalmente adotada nos manuais de Teologia Fundamental<sup>56</sup>. Para ela, ambas a razão e a fé possuem legitimidade em busca do verdadeiro e legítimo conhecimento. Reconhece, assim como a corrente anterior, limites à razão, mas deixa vácuos que podem ser preenchidos pelos atos de fé. Aqui também

---

<sup>53</sup> LATOURELLE, 2017, p. 281.

<sup>54</sup> LATOURELLE, 2017, p. 281.

<sup>55</sup> GROTH, Bernd. Racionalismo. In: LATOURELLE, René; FISICHELLA, Rino (dir.). *Dicionário de Teologia Fundamental*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2017, p. 603.

<sup>56</sup> ALVES, 2016, p. 3.

esta corrente se diferencia da segunda. Para o racionalismo (por exemplo, no ateísmo e no positivismo), a razão deve trabalhar sem a fé, enquanto para esta quarta posição, a razão pode – se o desejar – trabalhar sem a fé. Com base nesta distinção essa corrente ganhou força e se consolidou a partir da constituição *Dei Filius*<sup>57</sup> do concílio Vaticano I (1870) [cf. DH 3004-3015].

Sobre esta quarta forma de pensar, importante registrar que, embora defenda a superioridade da fé, também reconhece que a razão pode alcançar o conhecimento sem o componente da fé. Em outras palavras, legitima o que se chama de *natureza pura* na qual a razão pode ser exercida – se a pessoa quiser – de um modo puramente racional e isento de qualquer fé. Para os propósitos do uso da razão, natural seria aquilo que dependesse exclusivamente da iniciativa humana e se distinguiria da categoria do sobrenatural, que dependeria da iniciativa e graça divina, como a Revelação<sup>58</sup>. Alves, amparado nas lições de De Lubac (1946) e Vanneste<sup>59</sup> (2005), delinea a trajetória que originou a concepção de *natureza pura*, informando que essa temática “foi introduzida [e se consolidou] como que de modo enviesado, sem jamais ter sido objeto de uma discussão apropriada”<sup>60</sup>. Distinguiu natural *versus* sobrenatural, somando-se ainda a definição de *natureza pura*. A ideia era muito atrativa aos olhares, muito agradável às mentes, pois parecia, de maneira simples, organizar duas áreas distintas, fazendo ver com mais clareza cada uma delas. Graves consequências adviriam daí.

“Com todos os teólogos que adotaram integralmente o novo sistema, [...] perde-se de vista o objeto integral do mistério cristão na sua plenitude concreta. Vê-se no sobrenatural apenas uma ‘sobrenatureza’, sem se discernir aí prontamente o que está além de toda natureza” [...] Afim de melhor assegurar a autoridade da graça sobre uma zona da atividade humana, arriscou-se de fato a se deixar secularizar toda uma outra zona. [...] Concebendo-se uma ordem sobrenatural toda contingente e toda extrínseca, sobrepunha-se esta à ordem natural, tida já antecipadamente, em sua máxima expressão, como a ordem normal e propriamente humana.<sup>61</sup>

A ideia de natureza pura [...], essa ideia era tão simples, tão cômoda! Ela lançava sobre todas as coisas uma claridade tão aparente! [...] Nesse modo se organizava, ocupando gradualmente o primeiro plano na Teologia, todo um corpo de doutrinas que [...] terminava por parecer como avenida indispensável para a fé, e própria base do ensinamento católico. [...] A ideia de natureza pura, contudo,] arruinaria toda a antiga antropologia. [...] o ‘desejo de ver Deus’ ou, na linguagem que prevaleceu até

<sup>57</sup> A constituição dogmática *Dei Filius*, de Pio IX, é um documento que realça as instâncias da fé e da razão como duas vias legítimas da Revelação.

<sup>58</sup> ALVES, 2016, p. 4.

<sup>59</sup> VANNESTE, Alfred. “La question de La ‘natura pura’. Note complémentaire”. In: *Ephemerides Theologicae Lovanienses*, Louvain, v. 81, p. 1-28, 2005 *apud* ALVES, 2016, p. 4.

<sup>60</sup> DE LUBAC, 1946, p. 129 *apud* ALVES, 2016, p. 2, p. 4.

<sup>61</sup> DE LUBAC, 1946, p. 154-155; 161, *apud* ALVES, 2016, p. 2, p. 4



nossos dias, o ‘desejo do sobrenatural’, que por tanto tempo – tanto para a Escolástica como a Patrística – o primeiro princípio explicativo do ser humano e, com o ser humano, de toda a natureza, o eixo da filosofia cristã, não resistiria aos golpes que lhe foram desferidos. [...] Pensava-se com aquilo de se conduzir uma guerra santa em nome da ortodoxia cristã, para impedir que o sal da doutrina se corrompesse. Na verdade, sem que se suspeitasse disso, perdia-se terreno precioso, cedendo-se ao naturalismo ambiente e fazendo a mais desagradável das concessões a um mundo que se desinteressava de seu destino mais elevado. Quanto mais se concedia, mais se devia continuar concedendo. A ideia de natureza pura é exigente quanto mais introduziam nessa ideia, mais eles se viam arrastados a considerar essa natureza como completa, consistente, suficiente, independente por ela mesma em relação a qualquer ‘ordem’ superior. Mais deviam, portanto, rejeitar tudo aquilo que pudesse ser interpretado como ‘exigência’, mesmo que longínqua, vinda do sobrenatural. Estavam assim condenados, pela lógica mesma do seu procedimento inicial, a uma espécie de espiral perpétua. Seu sistema ficava cada vez mais pesado, sua ‘natureza’ se endurecia e se fechava sobre si mesma. Com essa nova espada de Salomão o ser humano foi ‘cortado em duas partes’. [...] Natural e sobrenatural eram duplicados de um modo que o segundo parecia, aos olhos de uma razão invejosa, apenas como sombra vã, ou se assemelhava apenas a um acessório postiço. A medida que o primeiro se tornava um sistema completo, o segundo se tornava, aos olhos do pensador, um acréscimo inútil. Todo o cristianismo adquiria assim um caráter artificial, e o pão da doutrina era apresentado como uma pedra. [...] Foi assim que os cristãos, no ardor de um zelo sagrado, viriam a destruir com suas próprias mãos o edifício magnífico cuja guarda lhes havia sido transmitida por séculos de fé.<sup>62</sup>

A ideia de *natureza pura* estava lançada e havia criado raízes, inicialmente, no terreno da Teologia. Com base nela, a unidade do ser humano sofria uma cisão, daí surgindo um desequilíbrio decisivo ao homem, separando o inseparável, seccionando o natural e o sobrenatural, retirando a conexão entre razão e fé. Os seus frutos logo começariam a aparecer, especialmente nas Ciências.

A última concepção – fé como elemento indispensável à razão – representa o resultado de análise recente exposta por Alves. Ela decorre do amadurecimento da reflexão científica quanto ao nexos entre fé e razão, depois de ter passado por período que vai desde a intransigência do fideísmo e racionalismo até a condescendência das correntes intermediárias. O decurso do tempo e o amadurecimento das reflexões foi capaz de mostrar alguns acertos e excessos nos pensamentos e estimular análise mais cuidadosa da verdade inscrita na relação entre razão e fé. Segundo esta última corrente, a fé é elemento indispensável à razão, não sendo possível operar a razão sem que antes ocorra um movimento metodológico que se identifica como um ato de fé. Para esta concepção ambas fé e razão, de forma cumulativa e necessária, são instâncias válidas para o acesso à verdade. Reconhece-se, portanto, que a razão é limitada – bem como compreendem a terceira e quarta correntes – e o ponto central desse pensamento: a capacidade de raciocínio, com liberdade e vontade, não pode ser exercida

---

<sup>62</sup> DE LUBAC, 1946, p. 173-174 *apud* ALVES, 2016, p. 2, p. 5.

de um modo puramente racional e isento de qualquer fé. Em outras palavras, sempre haverá um ato de fé que precede um ato da razão. Esta colocação pode gerar, de início, certo desconforto por parte de alguns e até mesmo parecer de fácil contraposição, pois ainda é inusitado, no âmbito acadêmico, falar de fé e razão imprescindivelmente unidas, mas sem mistura de identidades<sup>63</sup> e produzindo um conhecimento confiável.

No método científico, qualquer raciocínio que pretenda ser desenvolvido é sustentado, antes, por premissas ou axiomas<sup>64</sup> que não podem ser comprovadas de maneira cabal e incontestável<sup>65</sup>, constituindo uma crença (*fides quae*). São crenças que derivam de um verdadeiro ato de fé (*fides qua*) decorrente de uma decisão do pesquisador e continuamente mantida ao longo da pesquisa, que servirão de fundamento para desenvolver o mais simples dos enunciados até as mais complexas formulações de qualquer área científica. Esta etapa faz parte do método científico, dela não se podendo prescindir.

O ato de fé, nesse nível basilar, fundamenta a condição de possibilidade epistemológica do método científico. A visão teórica de que no método científico a razão, a capacidade de conceituar, o raciocínio, atua sem interferência de atos de fé é desse modo equivocada, embora dificilmente tal visão teórica o admita e quase nunca reflita sobre isso. [...] A fé não representa uma adição que tiraria a neutralidade e a objetividade do cientista. Pelo contrário, trata-se de algo intrínseco à razão científica. É verdade que não se trata de uma confissão religiosa. Isso, porém, não diminui a característica de ser um ato de fé. “Os pressupostos fundamentais da Ciência são para sempre improváveis, por isso constituem a fé da Ciência”<sup>66</sup>.

Essa fé inerente ao raciocínio sempre existiu de maneira intrínseca ao ato de raciocinar, de forma natural e automática. Talvez por isso tenha passado despercebida e só recentemente tenha sido identificada e descrita como um elemento inerente ao método científico. A crença a que se faz menção não se refere apenas aquela que se origina de estudos realizados anteriormente e já consolidados na Ciência a ponto de não ser necessário repetir seus procedimentos para obter os resultados, mas se refere também ao conhecimento principiológico que funda qualquer episteme e são insuscetíveis de juízo de falseabilidade.<sup>67</sup> A clareza a respeito disso estabelece parâmetros para enriquecer a compreensão da afinidade entre Teologia e Ciência, afinidade tal que permite dizer que a Teologia é Ciência<sup>68</sup>.

<sup>63</sup> O argumento faz lembrar a fórmula Calcedônica de Cristo, homem e Deus: união sem mistura, distinção sem separação.

<sup>64</sup> “[O] conteúdo das premissas ou axiomas é objetivamente explicitado pela descrição das premissas consideradas”. ALVES, 2019, p. 72.

<sup>65</sup> Como também não podem ser comprovadas a invariabilidade das leis da natureza ao longo do tempo e do espaço, também chamada de simetria temporal e simetria espacial. (Nota de rodapé 102 de ALVES, 2019, p. 72).

<sup>66</sup> GAUCH, Hugh, *Scientific Method in Practice*, 2002, p. 155 *apud* ALVES, 2019, p. 73.

<sup>67</sup> ALVES, 2019, p. 73-74.

<sup>68</sup> ALVES, 2019, p. 72.

A Ciência moderna concebe o universo como vasto sistema dotado de regras básicas que se aplicam, por padrão, a todas as coisas que o compõem. Tais regras fundamentais não se aplicariam somente na área das ciências química, física, matemática, dentre outras que chamaríamos de Ciências Exatas e da Natureza, mas a todas as áreas do conhecimento porque dizem respeito ao *ser* das coisas. Assim, uma vez verificado um fenômeno fundamental desse sistema, ele se reproduziria de maneira semelhante em outras coisas e eventos no universo. A pressuposição de tal reprodução universal de uma lei da natureza é um ato de fé feito pelo cientista. Nessa esteira, o ato de fé, inerente a qualquer formulação intelectual, poderia integrar essa reflexão de maneira a formar um daqueles postulados dos mais básicos que compõem o universo. A importante *American Association for the Advancement of Science* (AAAS) fala assim desses pressupostos que, em Ciência, compõem crenças:

Cientistas compartilham crenças básicas e atitudes acerca do que fazem e de como veem o trabalho deles. Elas têm a ver com a natureza do mundo e com o que deste pode ser aprendido. [...] A Ciência presume que as coisas e os eventos no universo ocorrem em padrões consistentes que são compreensíveis por meio de estudo cuidadoso e sistemático. Os cientistas acreditam que, por meio do uso do intelecto e com o auxílio de instrumentos que ampliam os sentidos, as pessoas podem descobrir padrões em todas as coisas da natureza. A Ciência também pressupõe que o universo é, como o nome mesmo indica, um sistema peculiar e vasto com o qual as regras básicas são as mesmas seja em que lugar estiverem. O conhecimento obtido em estudos sobre uma parte do universo se aplica a outras partes. Por exemplo, o mesmo princípio do movimento e da gravitação explica o movimento dos objetos em queda na superfície terrestre e também explicam o movimento da lua e dos planetas. Com algumas adaptações, ao longo dos anos, os mesmos princípios de movimento se aplicam para outras forças – e o movimento de tudo, desde a menor partícula nuclear até a mais massiva estrela, desde barcos até veículos espaciais, desde projéteis até raios de luz.<sup>69</sup>

## 2.5 Conclusão

Este capítulo procurou dar bases para se compreender a fé, a razão e a relação que podem/devem ter entre si. Ao longo do tempo, diversos grupos de pensamentos se formaram e defendiam o que lhes fazia mais sentido naquele momento histórico. Mas o tempo, às

---

<sup>69</sup> “Scientists share certain basic beliefs and attitudes about what they do and how they new their work. These have to do with the nature of the world and what can be learned about it. [...] Science presumes that the things and events in the universe occur in consistent patterns that are comprehensible through careful, systematic study. Scientists believe that through the use of the intellect, and with the aid of instruments that extend the senses, people can discover patterns in all of nature. Science also assumes that the universe is, as its name implies, a vast single system in which the basic rules are everywhere the same. Knowledge gained from studying one part of the universe is applicable to other parts. For instance, the same principles of motion and gravitation that explain the motion of falling objects on the surface of the earth also explain the motion of the moon and the planets. With some modifications over the years, the same principles of motion have applied to other forces — and to the motion of everything, from the smallest nuclear particles to the most massive stars, from sailboats to space vehicles, from bullets to light rays. AAAS, *Science for All Americans: project 2061*. New York, NY: Oxford University Press, 1990. p. 2 (tradução nossa).

reflexões no Espírito e as direções da Igreja são capazes de demonstrar aquilo que é verdade e deve permanecer e aquilo que não é e deve ser deixado de lado. Todos os passos – certos ou equivocados – devem ser lembrados como uma etapa vivida, recordando ao homem as características que o acompanham no caminho do conhecimento e da busca por mais.

No último subtópico foram apresentadas as correntes de compreensão do nexo entre fé e razão – fideísmo; racionalismo; razão limitada, mas a única confiável; razão natural e adjacente conjugada com fé sobrenatural e superior; fé como elemento indispensável à razão. Todas tiveram relevância na reflexão teológica. Cada uma compôs uma perspectiva particular, em um determinado período da história, para se compreender o homem em sua dimensão intelectual e espiritual. Cada corrente foi reflexo de uma fase que o homem viveu em busca de se conhecer e conhecer o Divino. Não significa dizer que a verdade dessa relação entre razão e fé é sujeita a mudanças no tempo. Não é isto o que estamos sugerindo. O homem caminha em direção ao conhecimento dessa verdade, o que ela é e sempre foi. Nessa busca, pega caminhos que lhe parecem corretos e, caminhando neles, com o tempo, vai percebendo os ajustes que precisam ser realizados, os passos que foram bem dados e aqueles que precisam ser refeitos. Quanto a isso vale à pena acrescentar as palavras de Groth sobre a relação entre razão e fé.

O conhecimento da razão e o da fé, em última análise, não podem contradizer-se, ainda que os dois aspectos muitas vezes se encontrem numa relação reciprocamente conflitante. O conhecimento racional refere-se ao conhecimento geral da realidade, que pode ser conseguido independentemente da fé. O conhecimento da fé refere-se a um conhecimento para o qual é preciso invocar a autocomunicação de Deus. Fundamentalmente, o conhecimento racional encontra-se numa relação negativa em relação ao conhecimento da fé. Ele não pode nem demonstrar, nem contradizer e nem tampouco tomar plausível a fé. É por este motivo que a razão não tem nenhuma função de suporte em relação à fé; deve, antes, operar como filtro. Com isto, pode-se afirmar que (exprimindo-nos de forma negativa) não se pode crer nada que contradiga à razão, na salvaguarda da legítima autonomia desta última. Tal razão crítica preserva a fé da superstição. E é a fé que, por si mesma, tem interesse numa razão de tal natureza. Pode-se afirmar sem hesitação que a fé promove a autonomia da razão e se opõe a esta (em bases racionais) quando contraria as leis que lhe são próprias (o que, por outro lado, não constitui uma prova para a verdade da fé)<sup>70</sup>.

Demonstradas as perspectivas existentes na relação entre fé e razão, passamos ao estudo do método teológico em paralelo ao método científico. Neste tópico se justificará, em especial, a última corrente – fé como elemento indispensável à razão –, explicitando os elementos metodológicos e os conectando a sua aplicação.

---

<sup>70</sup> GROTH, 2017, p. 604.



### 3 MÉTODO TEOLÓGICO E MÉTODO CIENTÍFICO.

No capítulo anterior, foram elencadas as formas como a relação entre fé e razão foram percebidas pelo homem ao longo da história, com suas precisões e imprecisões, avanços e retrocessos. Destacamos a última perspectiva que identificou que, no exercício da razão, o pesquisador realiza antes um passo metodológico de fé nas premissas do método científico. Essa perspectiva será justificada a partir desse capítulo. De início é necessário esclarecer que a Teologia pode ser analisada com vários enfoques, com base na sua finalidade, objeto e método. Neste trabalho daremos realce ao aspecto do método e as demais dimensões serão tratadas de forma secundária.

#### 3.1 Conceito e características do método

A etimologia da palavra *método* registrada pelo dicionário *Oxford Language*<sup>1</sup> indica que é uma palavra derivada do grego clássico, μέθοδος (métodos), que é composta pelos termos μετά (*metá*, que pode significar *atrás*, *em seguida* ou *através*) e οδός (*hodós*, que significa *caminho* ou *via*). Essa conceituação explicita que método diz respeito a um itinerário que é traçado para alcançar determinado fim, uma sistematização daquilo que precisará ser realizado, com os meios necessários, para tentar atingir um escopo previamente desejado.

Alves, citando Paul Feyerabend em seu livro “Contra o método” (1975), informa que mesmo que este (e outros autores) critique fortemente o método científico, não é possível que o processo de pesquisa ocorra desprovido de alguma regência. E complementa Alves: “no empenho de adquirir perícia no método científico, o que mais fará esmorecer será uma ideologia anarquista. Terá sobrevida efêmera um percurso de trabalho, pesquisa e estudo que, por princípio, seja desprovido de governança em seu desenrolar e emancipado de qualquer tutela diretiva.”<sup>2</sup> Portanto, o estudo científico pressupõe a existência norteadora de um mínimo processo.

Estudar o método teológico é, antes de mais nada, enxergar o caminho que levou aquele conteúdo a ser conhecido em seu aspecto formal e estrutural. Em termos concretos é antes de realizar o caminho da Teologia, demonstrar sua origem, como foi pensada e interpretada ao longo do tempo, que caminho e que raciocínio seguiu para que fosse definida

---

<sup>1</sup> MÉTODO. [2021] In: *Oxford Languages*. Oxford: Oxford University Press. 2021. Disponível em <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. Acesso em 10 dez/2021.

<sup>2</sup> ALVES, 2019, p. 31-32.

daquela forma que pudesse conduzir à verdade<sup>3</sup>. Esta historicidade está presente tanto no aspecto interno do objeto pesquisado, como também no aspecto externo em que se considera o patrimônio de conhecimento dos pesquisadores precedentes. Essa historicidade interna e externa conduz à consistência do resultado, do destino que se chegou. Estudar o método é compreender então o funcionamento interno daquela Ciência, sua estrutura, sua gramática, mais do que compreender o conteúdo em si da disciplina. Pozzo afirma: “Se a Teologia se define como reflexão crítica, metódica e sistemática da fé da Igreja, a reflexão sobre o método tem por objeto o estudo das normas, dos critérios e das operações que o teólogo realiza para desenvolver corretamente a atividade teológica”.<sup>4</sup>

Desse conceito, várias características podem ser extraídas. Cada etapa do método é importante e compõe o *iter* científico. As etapas são promessas daquele objetivo que se quer alcançar. Tendem, portanto, à promoção de expectativa/esperança naquele que propôs percorrer o caminho. Não têm finalidade em si mesmas, mas são relevantes no sentido de que representam um movimento peculiar e necessário em direção à meta. Constitui parte de um processo maior e mais amplo. Além disso, suas etapas estão interligadas umas às outras e ao resultado final de maneira a conduzir o processo para um desfecho. Por outro lado, também pode ocasionar um resultado malquisto, caso a etapa seja desviada de seu princípio norteador (objetivo imediato e final), demonstrando que as etapas importam tanto quanto o resultado.

Esse caminho metodológico não deve ser percorrido de forma inflexível, pétrea, engessada. No decorrer dele é natural e esperado que ocorram intercorrências que demandem ajustes, que não devem comprometer o escopo final, mas, pelo contrário, devem garantir sua realização, amoldando as peculiaridades naturais dessa dinâmica. Por isso, o pesquisador, muitas vezes, precisa ter uma sensibilidade científica para saber interpretar os sinais que surgem durante sua pesquisa e que exigirão reformulações na metodologia. Isso ganha destaque especial nas áreas que repercutem diretamente na vida humana, como nas Ciências Sociais Aplicadas<sup>5</sup>. Essa característica tem estrita vinculação com o denominado “espírito de mudança”:

---

<sup>3</sup> Da Costa, citado por Alves, diz “o conceito nuclear da teoria da Ciência é o da verdade. Nas várias Ciências procura-se algum tipo de verdade” (ALVES, 2019, p. 66).

<sup>4</sup> POZZO, Guido. Método. In: LATOURELLE, René; FISICHELLA, Rino (ed.). *Dicionário de Teologia Fundamental*. 2ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2017, p. 508.

<sup>5</sup> Conforme áreas do conhecimento segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/instrumentos/documentos-de-apoio-1/tabela-de-areas-de-conhecimento-avaliacao>, acesso em dezembro de 2021.

Por um lado, uma influência cultural [um comportamento desejável] que ajuda a dominar com perícia o método científico é o espírito de mudança. Por vezes gostamos de mudar as coisas, de sermos originais, temos um fascínio pela novidade. No exercício do método científico esse elemento pode ajudar muito na elaboração de novas reflexões, no estabelecimento de novas hipóteses. No caso da Teologia, isso será também de grande ajuda para aprofundar a compreensão da fé no modo exigido pelo tempo atual, e também para proceder ao *aggiornamento*, atualizando existencial e historicamente os conteúdos da fé. Desse modo, em Teologia o espírito de mudança contribui para que ‘o homem de cada época possa entender o sentido de sua vida e seu destino último’, numa reflexão dotada de uma preocupação evangelizadora que conduza à inculturação da fé.”<sup>6</sup>

Alves complementa afirmando que a realização do método científico demanda criatividade, inteligência e inventividade, características que livram a pessoa de realizar mecanicamente uma trajetória, de forma enfadonha e obrigatória. Essa via se percorre com arte e engenho, esmero, capricho e destreza<sup>7</sup>. Todas as características do método fazem lembrar que o método não foi feito para si mesmo, mas para servir a um escopo maior.

### 3.2 O método teológico a partir de seu objeto e finalidade

Conforme ensina Latourelle, “o método de uma Ciência se determina a partir do seu objeto e de seu fim. Ora, o objeto da Teologia é Deus em sua vida íntima e em seu desígnio de salvação. *Fim* da Teologia é conhecer melhor o desígnio do Deus salvador, que é introduzir a criatura humana na intimidade da vida divina”<sup>8</sup>. Assim, imagine conhecer Deus e seu desígnio com base exclusivamente no AT, ou em escritos apócrifos, ou talvez com base em estudos sociológicos modernos, ou com base na sabedoria popular de um povo. Tudo isso é possível, mas mostra uma perspectiva parcial ou fora da Teologia católica, que exige que o estudo seja integral e feito com base nos diferentes lugares teológicos, como descreve Boff: Sagrada Escritura, Tradição, Magistério, Fé, Razão, Linguagem, Filosofia e Ciências, Outras teologias, Prática, Dogma, O senso dos fiéis, a Igreja<sup>9</sup>.<sup>10</sup> Além desses pontos de partida teológicos, Boff ressalta um ponto transversal, que perpassa todos os outros: a preferência pelos pobres. A partir desses caminhos da fé católica, é possível transitar por outras fontes que complementem conceitos que se refiram à realidade imanente, mas que tem contato com o transcendente.

---

<sup>6</sup> ALVES, 2019, p. 31.

<sup>7</sup> ALVES, 2019, p. 29.

<sup>8</sup> LATOURELLE, 1971, p. 67.

<sup>9</sup> BOFF, 2012, p. 14.

<sup>10</sup> Melchor Cano elenca os *loci historici* na seguinte forma hierárquica: Sagrada Escritura, Tradição, Igreja Católica, Concílios, Igreja Romana, Santos Padres, Teólogos escolásticos e canonistas, Razão, Filósofos, História humana. CANO, Melchor. *De Locis Theologicis*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2006.



O método teológico é composto por dois estágios. O primeiro comporta a determinação do objeto de fé (Teologia positiva) e o segundo comporta analisar e interpretar esse objeto de fé (Teologia reflexiva, especulativa ou sistemática). Movimento semelhante ocorre no método científico em geral: primeiro se recolhe os fatos e posteriormente eles são objeto de análise e interpretação. Essas duas etapas são necessárias e complementares em ambos os métodos. O Vaticano II anunciou essa metodologia quando mencionou, no Decreto *Optatam totius*, sobre a formação dos seminaristas e como deve ser o mistério pastoral:

A luz da fé e sob a direção do magistério da Igreja, ensinem-se as disciplinas teológicas de tal maneira que os seminaristas possam cuidadosamente haurir da revelação divina a doutrina católica, nela penetrar profundamente, fazer dela alimento de sua própria vida espiritual e saibam anunciá-la, expô-la e defendê-la no ministério pastoral.<sup>11</sup>

O enunciado se refere especificamente à realidade da formação nos seminários, mas não há empecilhos aparentes que o impeça de ser aplicado, de forma ampliativa, à realidade dos pesquisadores dos tempos modernos, pois que eles também devem cumprir a ordem descrita: primeiro o objeto de pesquisa é apresentado à pessoa e conhecido por ela; em seguida será interpretado e então será possível formular hipóteses; por fim se poderá realizar a prática daquilo que foi estudado. Estes movimentos nada mais são do que os passos do método no sentido mais amplo e aplicável a qualquer Ciência.

“A Ciência empírica, em determinado sentido, é una, sobretudo devido à sua dimensão lógico-metodológica geral”<sup>12</sup>. As múltiplas disciplinas científicas terão indubitavelmente suas idiosincrasias epistemológicas e metodológicas, mas essas compõem “particularidades lógico-metodológicas secundárias”<sup>13</sup>. Por isso faz sentido falar de um método científico em geral.<sup>14</sup>

### 3.3 Passos do método científico.

O itinerário deste tópico será desenvolvido com destaque à obra de Alves. Inicialmente relembremos o surgimento do método científico na Idade Moderna e o que ele representou a partir de então.

---

<sup>11</sup> CONCÍLIO VATICANO II. Decreto *Optatam Totius*, 1965, n. 16. Disponível em [https://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_decree\\_19651028\\_optatam-totius\\_po.html](https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651028_optatam-totius_po.html). Acesso em dezembro de 2021.

<sup>12</sup> DA COSTA, Newton C.A., *O conhecimento científico*, 1999, p. 23 *apud* ALVES, 2019, p. 50.

<sup>13</sup> DA COSTA, Newton C.A., *O conhecimento científico*, 1999, p. 23 *apud* ALVES, 2019, p. 50.

<sup>14</sup> ALVES, 2019, p. 50.

Entre os séculos XVI e XIX a Ciência moderna veio aperfeiçoando "uma nova via de produção de conhecimentos confiáveis sobre a realidade que nos envolve. Tais conhecimentos confiáveis se caracterizam por serem distintos do senso comum acrítico e frequentemente enganável". Tal via que gera conhecimentos, nos quais se pode confiar com elevada segurança, compõe um estudo metódico de elementos da realidade circunstante feito em base a fatos de algum modo observáveis e mensuráveis. Ao percorrer tal via, a Ciência moderna permite um notável grau de conhecimento confiável acerca das realidades do mundo, e também um notável domínio prático dessas mesmas realidades. Trata-se de um estudo metódico "sob a forma de explicações testáveis e que podem gerar previsões também confiáveis a respeito de fatos ainda desconhecidos. O conhecimento confiável obtido por esse processo deve [...] também ser capaz de ser verificado e testado na sua validade por outros pesquisadores em tempos e espaços diferentes", independentemente de suas convicções e crenças pessoais.<sup>15</sup>

O tema método científico está disposto em diversas obras que, sob o aspecto mais básico e estrutural, define as etapas-raiz que estão presentes em todo método científico. É claro que haverá distinções em relação aos autores que agrupam e segregam aspectos secundários conforme melhor lhes parece. Mas na essência, as etapas são – e devem ser – coincidentes, é o que traz identidade ao método.

O início do processo ocorre quando se seleciona o objeto de pesquisa. É preciso ter uma definição clara de que objeto é esse e, a partir daí, analisar previamente aquilo que de pronto se sabe sobre ele: suas características, aquilo que o constitui e suas particularidades. Cada pequena percepção deve ser anotada, pois que pode constituir o fio condutor do raciocínio que leva ao conhecimento que o método persegue. O caminho do método é processual, se dá aos poucos. Depois é preciso reunir o patrimônio intelectual que já foi construído sobre ele, não sendo possível dispensar ou ignorar o conhecimento anterior, mesmo que inicial, parcial e inconclusivo.

“No exercício do método científico é imprescindível um domínio satisfatório do patrimônio anterior de conhecimento naquela Ciência específica a que pertence o assunto ou problema. Embora certamente incompleto, tal conjunto anterior de conhecimentos não pode ser simplesmente conhecido de modo superficial ou, pior ainda, ignorado. Mas só conhecimento não basta.”<sup>16</sup>

O segundo passo do método refere-se à capacidade do pesquisador para pensar e descobrir novos caminhos que conduzam ao seu objetivo final, um conhecimento confiável. O pesquisador formulará hipóteses e suposições que se apliquem a sua experiência [científica] significativa em direção ao objeto. Aqui entra em cena a inteligência, a imaginação, a criatividade, a genialidade, características que distinguem o ser humano das máquinas e dos

---

<sup>15</sup> ALVES, 2019, p. 49-50.

<sup>16</sup> ALVES, 2019, p. 51.

animais. Essas características entram em ação nesta etapa para, considerando o arcabouço existente sobre o assunto (primeiro passo), fazer enxergar possibilidades dentro da área em que está inserida. É como montar um mosaico. Existem algumas peças já prontas e outras que poderão ser criadas para, combinadas, formar a arte final. Nesse sentido, nada que o cientista “descobre” é plenamente invenção dele. O que ele “descobre”, na verdade, é uma experiência disponível no mundo, mas inédita ao homem e que precisa ser enxergada, discernida, testada, contemplada individualmente e principalmente no todo. E, para ter a credibilidade de se tornar *científico*, deve conduzir, a uma comprovação que poderá ser repetida, executada por outras pessoas, em outros lugares, tudo isso para mostrar que essa experiência direciona a um resultado comum que se aplica àquelas condições de pesquisa (quinto passo).

Acrescentar ao conhecimento prévio do *movimento 1* a hipótese ou suposição desse *movimento 2* não é coisa de pouca monta. Tendo-se dominado os elementos de sentido do conhecimento prévio sobre o assunto, o advento de ver uma hipótese inédita sobre aquele sentido é sinal de desenvoltura e familiaridade com a substância por detrás do conhecimento. À imaginação e criatividade, que geram hipóteses, suposições ou conjecturas, estão na linha de frente da grandeza da Ciência e do que há de mais essencial na atividade científica, a ponto [... de um dos mais importantes cientistas do século XX e prêmio Nobel de Física em 1965, Richard Feynman] afirmar que "a única utilidade da Ciência é insistir e tentar formular conjecturas"<sup>17</sup>. É assim que a Ciência começa a descobrir conhecimentos confiáveis absolutamente novos, ou a criar, no sentido de descortinar realidades inéditas. "Não existe um método lógico capaz de conceber ideias novas [...], toda descoberta encerra um ‘elemento irracional’ ou ‘uma intuição criadora’ [...] elas só podem ser alcançadas por intuição, alicerçada em algo assim com um amor intelectual [...] aos objetos de experiência"<sup>18</sup>

O terceiro passo continua exigindo a atuação da imaginação e da criatividade, pois, se antes foram pensadas hipóteses (segundo passo), agora a tarefa a ser realizada é deduzir consequências lógicas que poderiam advir delas. Normalmente essas conjecturas trazem uma novidade, algo que ainda não foi proclamado por nenhuma outra pessoa. Este momento é crucial ao processo do método científico, pois se o quarto passo demonstrar que as consequências não foram realizadas, isso significa que a hipótese é falsa e não corresponde à realidade. Esse passo é válido e aplicável para todas as Ciências, mesmo aquelas que se realizam por meio de pesquisa bibliográfica, conforme Feynman observa.

Mesmo uma Ciência que trabalhe com pesquisa bibliográfica pode realizar previsões. Por exemplo, um historiador pode formular previsões sobre documentos que ainda terão que ser encontrados, prevendo que o que neles se encontrará

---

<sup>17</sup> “Feynman foi um dos mais importantes cientistas do século XX e prêmio Nobel de Física em 1965”. (ALVES, 2019, p. 51) FEYNMAN, Richard, *The character of physical law*, 1992, p. 171 *apud* ALVES, 2019, p. 51.

<sup>18</sup> POPPER, Karl. A lógica da pesquisa científica, 1975, p. 32 *apud* ALVES, 2019, p. 52.

afirmado sobre determinados fatos históricos coincidirá com o que está escrito nos documentos já conhecidos<sup>19</sup>.

Registramos que tal procedimento já era realizado pela Igreja católica antes mesmo da origem da ciência moderna. O quarto passo, como já referido, é o momento de validar ou invalidar as etapas anteriores, aquela que trata das hipóteses e das respectivas previsões. É o momento decisivo para verificação se os raciocínios lógicos e deduções realizadas anteriormente procedem ou não. Daí duas alternativas se levantam: caso as previsões se confirmem, a pesquisa poderá seguir para a próxima etapa; caso as previsões não se confirmem, será necessário retroceder para refazer o segundo e terceiro passos novamente, dessa vez com novas hipóteses e prognoses. Esse enunciado se aplica às Ciências em geral, pois se refere a um aspecto metodológico basilar, mas Da Costa indica as “particularidades lógico-metodológicas secundárias”<sup>20</sup> de cada área:

Algumas Ciências demandam experimentos com a natureza. Outras estudam o ser humano, individual ou coletivamente, que por razões éticas nunca deverá ser manuseado como um objeto, uma planta ou um bicho. Há aquelas que têm como objeto documentos ou artefatos produzidos pelo ser humano, ou o raciocínio humano, ou outros fenômenos humanos. Outras são formais, abstratas.<sup>21</sup>

Será diante dos resultados concretos que se verificará se as hipóteses foram exitosas ou se terão de ser refeitas. Na primeira situação, passamos ao quinto passo, que implicará na verificação do experimento não somente pelo pesquisador originário, mas por outros estudiosos que repitam os passos nas mesmas condições anteriores e obtenham o mesmo resultado ou resultado semelhante. É preciso divulgar a pesquisa e abrir assim a possibilidade de verificação externa sobre o estudo, o método em seu aspecto geral e particular e os resultados obtidos. Tudo isso para que se confirme a objetividade dos meios e dos fins da pesquisa e se alcance resultado comum/semelhante, seja quem repetir a pesquisa e seja em que tempo e lugar se realizar. Alves lembra que este passo não é menos importante que os demais, muito menos é facultativo, sendo que sua não realização pode levar a anulação dos passos anteriores<sup>22</sup>. Esse juízo de averiguação garante à pesquisa o grau de confiabilidade e legitimidade que a Ciência busca. “É esse o requisito fundamental do conhecimento científico: é necessário que seja aceito pelos demais cientistas”<sup>23</sup>.

<sup>19</sup> Cf. FEYNMAN, Richard, *The character of physical law*, p. 156.

<sup>20</sup> DA COSTA, Newton C. A., *O conhecimento científico*, p. 23 *apud* ALVES, 2019, p. 53.

<sup>21</sup> DA COSTA, 1999, p. 23 *apud* ALVES, 2019, p. 53.

<sup>22</sup> ALVES, 2019, p. 54.

<sup>23</sup> VOLPATO, Gilson, *Bases teóricas para redação científica*, 2007, p. 29 *apud* ALVES, 2019, p. 54.

### 3.4 Premissas do método científico

Todas as Ciências possuem premissas em relação ao método que aplicam, mesmo que não falem sobre isso. A Teologia, por razões epistemológicas, fala aberta e explicitamente quais são as suas premissas, enquanto as outras Ciências raramente tratam e refletem sobre isso, mesmo nos livros sobre método científico.<sup>24</sup> Ao iniciar o estudo sobre as premissas se perceberá que, mesmo tendo pouca literatura a seu respeito, elas conduzem a uma percepção de *algo que já se sabe*, pois *enxergar* as premissas é como ver algo que já está diante de si, mas que está tão habitualmente arraigado ao cenário original, que não mais se distingue dele e forma um conjunto único visto em unidade. Talvez por esse motivo seja tão raro sua explicitação, apesar de sempre estar presente.

Refletir sobre as premissas é deveras importante porque elas mostram as bases conceituais anteriores que amparam um raciocínio posterior. Elas conduzem o postulado que delas seguirá. Se a premissa for falsa, mesmo que aduzida por uma mente brilhante, inevitavelmente o postulado também será. Se verdadeira, seu postulado poderá ser também verdadeiro, mas disso dependerá os passos posteriores à premissa. Em outras palavras, a premissa garante condições de possibilidade para a verdade do postulado. Assim como a raiz de uma árvore, a premissa sustenta os ramos do conhecimento que surgirão. Se a raiz estiver viva e saudável, as estruturas que dela decorrem também estarão. Se a raiz adoecer ou morrer, prejudicará todo o resto do organismo e a árvore inevitavelmente irá cair. A raiz carrega a gênese que sustenta o conhecimento.

O método científico nem sempre existiu. Quando surgiu no seu *formato moderno* – a partir do século XVI e sobretudo nos séculos XVIII e XIX – representou um grande avanço à humanidade, um verdadeiro marco fundamental na forma de se fazer Ciência. Dois séculos depois (século XVIII) se consolidou e hoje ainda é importante falar das premissas para relembrar os aspectos mais básicos da filosofia do conhecimento que se aplicam nas mais diversas esferas da vida concreta – especialmente no âmbito acadêmico – e discernir, com a análise das informações e o desanuviar do tempo decorrido, os pressupostos que temos e que às vezes não nos damos conta.

Para realizar qualquer pesquisa, “os cientistas partem de premissas, axiomas ou pressupostos acerca do conhecimento (premissas epistemológicas ou gnosiológicas) e acerca

---

<sup>24</sup> AMERICAN ASSOCIATION FOR THE ADVANCEMENT OF SCIENCE, *Science for all Americans*, 1990, p. 2; GAUCH, Hugh, *Scientific Method in Practice*, 2002, p. 112-155; SEVERINO, Antônio, *Metodologia do trabalho científico*, 2007, p. 106-117; BOFF, 2012, p.118; SECKLER, Max, *Theologie als Glaubenswissenschaft*, 1988, p. 198 *apud* ALVES, 2019, p. 49.

do real (premissas ontológicas). Sobre tais concepções prévias que a Ciência moderna se constrói”<sup>25</sup>, mesmo sendo afirmadas sem prova e para as quais “não há demonstração cabal e lícita, dedutiva e indutiva.”<sup>26</sup> Trataremos sobre as premissas filosóficas (que são as premissas científicas em sentido amplo)<sup>27</sup> e, em seguida, sobre a premissa teológica.

### 3.4.1 Premissas filosóficas

O assunto tratado neste subtópico e no próximo parecerá conhecido do leitor. Isso talvez conduza à sensação de *já saber aquela informação*. Culminará, no entanto, com perspectiva inusitada e importante para compreender o método científico, bem como o método teológico. Portanto, recomendamos que pacientemente revise os conceitos que serão apresentados de início para contemplar depois e com mais amplitude terreno novo.

Falaremos das premissas ontológicas e epistemológicas. As premissas ontológicas cuidam a respeito do que é real, referem-se à interface do sujeito pesquisador e o objeto de pesquisa, direcionando a pesquisa para análise do objeto tal como ele é, com as características fundamentais que o identificam e que o separam do restante das coisas. As premissas epistemológicas tratam do conhecimento, referem-se à interface do sujeito com o conhecimento já existente sobre o assunto, adquirido por outros pesquisadores. Todas as premissas – ontológicas e epistemológicas – formam a fundação onde se construirá o edifício da Ciência.

Da Costa elenca quatro pressupostos epistemológicos do método científico em geral. O primeiro refere-se à *possibilidade do conhecimento*, quando o sujeito se coloca em contato com o objeto e daí pode extrair e sistematizar informações do objeto. O segundo refere-se ao “*intercâmbio de pensamento e experiência*”<sup>28</sup>, considerando que o pesquisador, em seu intelecto, compreende aquele objeto e com ele constrói experiências decorrentes de raciocínios lógicos que podem ser estruturados. “Na interface entre o sujeito e o objeto é possível uma articulação entre aquelas realidades internas e o manejo sistematizado, reflexivo e confiável do objeto”<sup>29</sup>. O terceiro refere-se ao “*caráter lógico e experimental dos critérios*

---

<sup>25</sup> ALVES, 2019, p. 55.

<sup>26</sup> DA COSTA, Newton C.A., *O conhecimento científico*, p. 57 apud ALVES, 2019, p. 55.

<sup>27</sup> Alves explica que as obras sobre história da Ciência e metodologia científica raramente falam das premissas do método. Elas são tratadas, no entanto, em tópico do assunto Filosofia da Ciência e, por isso, são denominadas premissas filosóficas (cf. ALVES, 2019, p. 55).

<sup>28</sup> ALVES, 2019, p. 55 (grifos nossos).

<sup>29</sup> ALVES, 2019, p. 56.

*de justificação*”<sup>30</sup>, ou seja, o contato de múltiplos pesquisadores proporciona embates de pensamentos, conjecturas e experiências a respeito do objeto, de forma a ser possível identificar perspectivas diferentes, conclusões que procedem integralmente, parcialmente ou não procedem. Esse contato – ora com concórdia, ora com discórdia – pode legitimar as ideias que prevalecerão, com base no raciocínio lógico ou outros critérios, a que chegaram à maior parte dos pesquisadores sobre o objeto. O quarto e último refere-se ao “*uso de sistemas de categorias e conceitos que adéquem o objeto e suas propriedades à estrutura cognitiva (individual e coletiva)*”<sup>31</sup>, uma vez que o pesquisador faz uso de um sistema de representações mentais e abstratas para identificar e ordenar as propriedades do objeto de pesquisa, com base no conhecimento que já existe.

No campo ontológico, é preciso considerar mais quatro elementos, os quais continuaremos a numerar na sequência do parágrafo anterior. O quinto elemento é o *realismo*, ou seja, a realidade objetiva que nos circunda e simplesmente existe, independente do ser humano. Essa realidade forma o objeto que hoje a Ciência se debruça fortemente, se voltando às coisas e fatos concretos, imanentes, físicos que estão no mundo. Com isso a Ciência tem produzido resultados – qualitativos e quantitativos – expressivos no campo, por exemplo, da Medicina, Psicologia, Química, Física, entre outras. O sexto elemento é a “*existência de leis da natureza*”<sup>32</sup>, como a lei da gravidade e lei da ação e reação. Elas que se manifestam no mundo seguindo suas próprias regras (na realidade existente), independente do homem ou de sua inteligência. “A atividade da Ciência moderna tem subjacente a presunção de que a realidade objetiva externa submete-se a esquemas ordenados, regulares, não transitórios”<sup>33</sup>. O sétimo elemento é a “*universalidade das leis da natureza*”<sup>34</sup>, que traduz o fato de que as leis da natureza não exercem preferência ou aversão no mundo real. Elas se aplicam em qualquer lugar e momento invariavelmente se reunidas as mesmas condições que a produziu o fenômeno da natureza. Em Física esta lei é chamada de simetria espacial e simetria temporal. O último elemento ontológico – identificado por Henri de Lubac<sup>35</sup> – é também um elemento que, além de ser aplicável ao método científico, inicia a premissa teológica. Por isso, será tratado no subtópico seguinte.

---

<sup>30</sup> ALVES, 2019, p. 56 (grifos nossos).

<sup>31</sup> ALVES, 2019, p. 56 (grifos nossos).

<sup>32</sup> ALVES, 2019, p. 57 (grifos nossos).

<sup>33</sup> ALVES, 2019, p. 57.

<sup>34</sup> ALVES, 2019, p. 57 (grifos nossos).

<sup>35</sup> DE LUBAC, Henry, *Surnaturel*, p. 174 *apud* ALVES, 2019, p. 58.

### 3.4.2 Premissa teológica

Nem os textos de Filosofia da Ciência nem aqueles de metodologia científica mencionam esta premissa ou axioma. Propomos que tal premissa nunca foi anteriormente referida por obras nessas áreas. [...] Ela é denominada teológica porque deriva de uma hipótese que se desenvolveu dentro da Teologia cristã [mas se expandiu para as mais diversas áreas do conhecimento].<sup>36</sup>

O oitavo pressuposto ontológico do método científico refere-se à natureza pura. Já nos referimos a ela no capítulo anterior, quando analisamos a relação entre fé e razão com base na concepção da superioridade da fé combinada com a possibilidade da razão ser exercida sem o componente da fé. Mas considerando que este conceito é chave neste trabalho, dedicaremos um espaço maior sobre ele, explicitando seu significado, sua origem e como se desenvolveu ao longo da história. Essas informações serão importantes para compreender como este conceito repercute na realidade secular do mundo atual.

Por natureza compreende-se aqui toda a realidade do cosmo que, utilizando linguagem atual, é aquele todo composto de massa e energia no contínuo espaço-tempo e que pode abranger vários universos distintos, o multiverso. A expressão *natureza pura* significa toda essa realidade como uma “natureza completa, consistente, suficiente, independente por ela mesma em relação a qualquer ‘ordem’ superior.”<sup>37</sup>

De acordo com o enunciado, a natureza pura considera tudo aquilo que se conhece e também aquilo que se sugere existir (como universos desconhecidos) como uma realidade completa/inteira, consistente/substancial, suficiente/bastante e independente por ela mesma em relação a qualquer ordem. Então, tudo o que existe se justifica em si mesmo, ou seja, tem uma lei própria que responde pela respectiva existência.

A origem da expressão *natureza pura* foi extraída dos conceitos de *natural* e *sobrenatural* por São Tomás de Aquino (século XIII). Para ele, *natural* seria aquilo que se referisse à criação e o *sobrenatural* aquilo que se referisse a Deus, aquilo que era incriado<sup>38</sup>. Além dessas duas esferas, no período da Escolástica (século IX a XIII) consagrou-se também a esfera *preternatural*, que abrangeria a criação eminentemente espiritual (não imanente), incluindo aí a realidade de anjos e demônios.

No século XV, dois séculos depois de Santo Tomás, começaram a acontecer muitas mudanças sociais, culturais e tecnológicas expressivas na Europa. Este período foi visto como

---

<sup>36</sup> ALVES, 2019, p. 58.

<sup>37</sup> DE LUBAC, 1946, p. 174 *apud* ALVES, 2019, p. 58.

<sup>38</sup> DE LUBAC, 1946, p. 174 *apud* ALVES, 2019, p. 58.



um período de transição entre o final da Idade Média e o início do Renascimento e da Idade Moderna.<sup>39</sup> Nesse período houve muitas invenções tecnológicas, mas uma de destaque e que repercutiu na difusão das invenções humanas e conhecimento adquirido – inclusive o conceito de natureza pura – foi um mecanismo de cópias de texto por Johannes Gutenberg por volta de 1450. Se antes os textos precisavam ser copiados letra por letra, agora ganhavam produção em escala.

Neste cenário, o religioso dominicano, teólogo e cardeal Tommaso Gaetano<sup>40</sup> (1469-1534), contemporâneo de Nicolau Copérnico e antecessor cronológico dos pioneiros da revolução científica dos séculos seguintes<sup>41</sup>, adicionou aos conceitos *natural*, *preternatural* e *sobrenatural* a ideia da *natureza pura*. Sua intenção era realizar uma pesquisa antropológica mais acurada e, assim como faz um cientista no exercício de suas experiências, Gaetano pretendia isolar um dos elementos do *experimento* para melhor o identificar, compreender e articular o elemento *natural* com o *sobrenatural*. Assim chamou de natureza pura aquela ideia irreal, apenas hipotética. Usando uma analogia, era como se separasse um órgão vital do corpo humano para melhor compreendê-lo, sem perder de vista que esta era uma situação irreal e hipotética e que o órgão jamais funcionaria por muito tempo fora do organismo originário. Esse pensamento foi iniciado na Teologia sem muita reflexão, sem imaginar que aquela ideia ganharia força para além da Teologia e seria usada de maneira diversa da idealizada por Gaetano, deixando de ser irreal para se tornar real, numa espécie de ato criador da mente humana.

No século XVI a introdução em Teologia do conceito de natureza pura não foi feita com larga e aprofundada discussão entre os pares. Na Teologia da época o conceito de natureza pura “foi introduzido como que de modo enviesado, sem jamais ter sido objeto de uma discussão apropriada”<sup>42</sup>, e manter-se-ia altaneiro até a primeira metade do século XX.<sup>43</sup>

Quando o conceito de natureza pura surgiu na Teologia, no século XVI, era tido como “hipótese irreal, mas capaz de ser considerada”<sup>44</sup>. Gaetano originalmente pretendia – com o intuito próprio de pesquisador em busca de conhecimento – identificar com mais precisão uma parte do aspecto natural para melhor articulá-lo com a autoridade do sobrenatural.

<sup>39</sup> Por volta de 1450 a máquina de prensa foi inventada por Johannes Gutenberg. PRENSA MÓVEL. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Prensa\\_m%C3%B3vel&oldid=62144041](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Prensa_m%C3%B3vel&oldid=62144041). Acesso em: 16 dez. 2021.

<sup>40</sup> Tommaso Gaetano também é referido como Caietano, Cajetan ou Tommaso De Vio, cf. ALVES, 2019, p. 58.

<sup>41</sup> ALVES, 2019, p. 58

<sup>42</sup> DE LUBAC, 1946, p. 129 *apud* ALVES, 2019, p. 59.

<sup>43</sup> ALVES, 2019, p. 59.

<sup>44</sup> ALVES, 2019, p. 59.

Ocorreu, no entanto, que essa expressão começou a tomar uma repercussão para além da esfera das ideias. Começou a se imaginar na Teologia que o aspecto natural podia ser absolutamente individualizado do sobrenatural e preternatural sem trazer prejuízo a eles. Mas não foi assim que as coisas permaneceram. A natureza pura já não era somente uma explicitação mais detalhada do aspecto natural, mas começou aos poucos a se tornar um sistema independente que prescindia das demais peças.

Historicamente a ideia de natureza pura fazia muito sentido, era aprazível, pois se encaixava bem com o momento histórico de supervalorização do homem e suas descobertas da época e com a insatisfação de muitas pessoas que – justificada e injustificadamente – não concordavam com alguns atos praticados por homens vinculados à Igreja, o que acaba gerando reflexos na fé individual das pessoas. O intuito do conceito de natureza pura parecia ser auspicioso porque inovava na ideia do homem capaz de produzir, por si só, coisas grandiosas, prescindindo qualquer relação com o transcendente e, oportunamente, o momento histórico confirmava mentes geniais. Esse conceito ia aos poucos se agigantando de forma a suprimir toda e qualquer outra forma de pensar, não deixando qualquer espaço para o sobrenatural nem ao preternatural. Assim Deus deixava de existir na mente de muitos e estes conduziam outros ao mesmo pensamento, com ajuda da recém inventada prensa.

No século XVII o conceito de natureza pura já estava consolidado na Teologia católica e, no fim daquele mesmo século, seus principais propugnadores eram os renomados jesuítas [das respeitadas universidades] de Paris e de Louvain. Desse modo, foi mesmo a Teologia cristã que ajudou a preparar – sem o saber – o caminho conceitual para se pensar um cosmo, uma espécie humana e uma história que poderiam funcionar muito bem, isto é, normalmente, de modo puramente natural, ou seja, sem Deus, sem transcendência; em suma, de modo puramente imanente.<sup>45</sup>

A fim de melhor assegurar a autoridade da graça sobre uma zona da atividade humana, arriscou-se de fato a se deixar secularizar toda uma outra zona [...] Concebendo-se uma ordem sobrenatural toda contingente e toda extrínseca, sobrepunha-se esta à ordem natural, tida já antecipadamente em sua máxima expressão como a ordem normal e propriamente humana.<sup>46</sup>

No século XVI o conceito de natureza pura – originalmente teológico – passou a ser adotado por gerações de estudiosos brilhantes, mas não teólogos. Para eles, o conceito deixou de ser uma hipótese irreal para se tornar plausível, lógica e real, como axioma epistemológico das pesquisas científicas modernas. E o cosmo poderia existir totalmente independente do âmbito divino ou, na expressão de De Lubac, como uma “natureza completa, consistente,

---

<sup>45</sup> ALVES, 2019, p. 59.

<sup>46</sup> DE LUBAC, 1946, p. 129 *apud* ALVES, 2019, p. 59.

suficiente, independente por ela mesma em relação a qualquer ‘ordem superior’<sup>47</sup>. Aquela hipótese que havia surgido de forma muito pouco refletida na Teologia ganhava contornos concretos para muito além dessa área. As consequências da consolidação da ideia de natureza pura na mente moderna não seriam poucas nem efêmeras. Na verdade ela se fortaleceu ao longo do tempo e se ampliou nos espaços, secularizando os mais diversos ambientes onde está o homem. Mas nem sempre foi assim em outros países, como registra Alves:

[A premissa da natureza pura] não seria concebível, por exemplo, nos cientistas muçulmanos da Idade Áurea do Islã. Mesmo estudiosos que por um lado, mostram a precedência metodológica daqueles cientistas entre os séculos VIII e XV, por outro lado assinalam a adesão metodológica deles à confissão religiosa islâmica como sendo fundamentação para o trabalho científico daqueles pensadores. “O que é importante de notar é que a concepção islâmica de Deus tornou possível o grande avanço do pensamento científico durante o período entre os séculos VIII e XV em terras islâmicas”. Para aqueles cientistas muçulmanos da Idade Áurea do Islã, o que se distinguia como premissa do método era, portanto, a de um cosmo vinculado a Deus. Entre aqueles cientistas não se assumia como premissa a hipótese de uma natureza pura, hipótese essa que só séculos mais tarde surgiria em outra matriz religiosa, a cristã. “Muitos estudiosos muçulmanos da Idade Áurea do Islã estudaram a natureza no contexto do Alcorão. O Alcorão apresenta a relação entre natureza e ser humano, e isso inspirou os estudiosos muçulmanos a estudar os fenômenos naturais com o propósito de compreender Deus”.<sup>48</sup>

Bem diferente, no entanto, foi a escolha dos cientistas da Europa do século XVI e XVII. Mentes brilhantes de áreas diversas da Teologia tomaram conhecimento do conceito e passaram a adotá-lo como pressuposto metodológico para seus estudos, que agora tinham cunho exclusivamente imanente, completamente privado de qualquer interferência ou mesmo da consideração da existência da realidade sobrenatural. A razão, o sentido da existência, as razões para o funcionamento de todo cosmo, do ser humano e da história, tudo se explicava pela própria realidade natural.

Naquele século [XVII], pouco mais de cem anos após Tommaso Gaetano, era publicado em 1651 o *Leviatã* de Thomas Hobbes, cujo primeiro capítulo intitulado *De homine* (Sobre o ser humano) o considera de modo exclusivamente imanente, sem recurso a qualquer transcendência. No século XVIII outras obras influentes desenvolvidas em base ao axioma epistemológico da natureza pura viriam à luz. Neste ponto, mais relevantes que o famoso *Discurso sobre a origem* de Jean-Jacques Rousseau em 1755 (que negava a existência do ser humano no puro estado de natureza, reputado como utopia [e se posicionava contra a teoria da natureza pura]), são as obras de dois outros autores. Em 1758 era publicado o livro *Do Espírito*, de Claude Helvétius, e em 1770 saía do prelo o *Sistema da natureza*, de Paul-Henri Thiry, conhecido como Barão de Holbach. Já nessas duas obras aparece claramente manifestada a independência do âmbito da natureza em relação a qualquer ordem superior, a qualquer transcendência: “os seres que são considerados como acima da natureza ou dela distintos serão sempre quimeras, das quais nunca será possível

<sup>47</sup> ALVES, 2019, p. 59-60.

<sup>48</sup> ALVES, 2019, p. 61.

constituir ideias verdadeiras”. A concepção de um âmbito sobrenatural é associada a um estágio pueril da humanidade: “por ter desconhecido a natureza e os seus caminhos, por ter desdenhado a experiência, por ter desprezado a razão, por ter desejado o maravilhoso e o sobrenatural, [...] o gênero humano permaneceu em uma longa infância”. Também do mesmo período ficou célebre uma resposta dada nesse sentido pelo astrônomo francês Pierre Laplace em 1796. Após publicar um livro estrita e modernamente científico de astronomia, ele foi questionado por Napoleão Bonaparte acerca do motivo de não ter levado em consideração a ação divina nas suas demonstrações matemáticas sobre a mecânica celeste do sistema solar. Laplace explicou com franqueza: “Deus? Eu não tinha necessidade de tal hipótese”. A frase espontânea de Laplace é representativa da adoção metodológica, pela Ciência moderna, daquela premissa da natureza pura.<sup>49</sup>

Foi neste contexto – ainda em um ambiente de cristandade, mas em perceptível crise – que a revolução científica se iniciou e tomou força no Ocidente. Na Teologia, a teoria da natureza pura continuava vigente sob o signo de uma hipótese irreal, mas formando gerações com este pensamento. E o mundo fora dos seminários e as universidades européias fomentavam essa ideia na teoria e para além dela. Era uma “uma nova fase histórica da metodologia científica. Metodologicamente, a partir dessa época considera-se por premissa que qualquer transcendência, ou ordem superior à natureza, não influencia [influenciava] os resultados, e que a Ciência moderna prescindia [prescindia] de Deus”<sup>50</sup>.

Desse modo, no estudo científico de tal natureza – completa e independente por ela mesma de qualquer ordem superior –, o ato de fé que o cientista pode ter em uma confissão religiosa, ou na inexistência de Deus, torna-se por premissa irrelevante. Não que em sua vida pessoal ele não possa ter um ato de fé numa religião, ou mesmo um ato de fé na inexistência de Deus. Isso não constitui nenhum problema. Mas, para os resultados de sua pesquisa científica, isso deixou de exercer influência. Metodologicamente os resultados devem ser os mesmos caso outro cientista (cujo ato de fé seja dado em outra religião, ou então seja um ato de fé na inexistência de Deus) faça a mesma pesquisa científica em condições materiais semelhantes. Fruto da adoção da natureza pura como premissa metodológica, a expressão “pôr a fé religiosa entre parênteses” passou a resumir essa postura característica da moderna atividade científica. O moderno método científico pede que o cientista, durante o exercício de seu trabalho, coloque seu ato religioso de fé como que entre parênteses, isto é, em suspenso, sem interferência sobre os resultados da pesquisa científica.<sup>51</sup>

O raciocínio acima, fruto da teoria da natureza pura, não parece mal. Ele faz sentido e demonstra que deve haver um espaço para que a razão/intelecção humana explicar situações e fatos por meio das leis da natureza, dos raciocínios lógicos, sem externar de forma direta e imediata um ato de fé religioso. Esse espaço racional – apesar de contar com crenças que sustentam sua lógica, mas que não podem ser comprovadas de forma cabal e lícita, dedutiva ou indutiva – não deve, via de regra, ser exercido pelos atos de fé em sentido estrito. (Em

---

<sup>49</sup> ALVES, 2019, p. 62.

<sup>50</sup> ALVES, 2019, p. 63.

<sup>51</sup> ALVES, 2019, p. 63.

sentido amplo, aquele que crê no transcendente, sabe que tudo ao seu redor foi criado e é mantido por ele. Em tudo há o sobrenatural. Mas aqui não se está falando disso. Aqui importa exercer a inteligência humana no sentido de compreender as razões naturais de causa e efeito que porventura estejam atuantes). Existe um espaço destinado para o uso da razão científica, cuja aptidão é dela para exercer a capacidade intelectual própria da natureza humana. Mas esta aptidão será sempre sustentada por premissas metodológicas que, em última instância, configuram um ato de fé (ainda que não religioso). Relembramos, por oportuno, que no sentido psicológico o ato de fé religioso/sobrenatural é igual ao ato de fé não religioso/natural.

O que se deve assegurar é que, como ato psicológico, o ato de fé sobrenatural não se diferencia, enquanto ato de fé, do ato de fé natural. Ambos são atos de fé e têm as mesmas características básicas da fé em geral, a mesma estrutura psicológica [...] Renunciar a isso é tomar uma posição arbitrária, é privar de valor qualquer explicação sobre a fé.<sup>52</sup>

Não é possível deixar de anotar a prevalência do paradigma mecanicista de mundo – a partir do século XVI e na esteira do conceito de natureza pura –, tomando conta das mentes daquelas gerações até os dias de hoje. Na visão mecanicista de mundo "a natureza não pode mais ser concebida como a manifestação de um princípio vivo [associado a uma ordem superior], mas como um sistema [mecânico] de matéria em movimento regido por leis"<sup>53</sup>. Por essa ótica, o cosmo, incluindo o ser humano, é "como uma grande máquina, um grande e preciso relógio mecânico, estabelecendo-se a visão de um universo ordenado e previsível"<sup>54</sup>, não necessitando de intervenções divinas para permanecer funcionando. Por essa ótica, a natureza teria a capacidade de dar as razões de sua própria existência, suprimindo o papel epistemológico da fé, da graça e da revelação. Alguns nomes de destaque que refletiram essa nova forma de pensar a Ciência e a vida foram Galileu Galilei, Francis Bacon, René Descartes e Isaac Newton<sup>55</sup>.

Os conhecimentos da Física clássica, delineados pelo paradigma mecanicista para descrever a dinâmica de sistemas físicos dos corpos celestes e dos corpos manuseáveis na vida cotidiana, passam a ser a referência para tentar descrever, e até prever, o comportamento dos demais diversos sistemas do mundo, inclusive dos sistemas vivos, tanto no nível biológico e psicológico quanto no social, incluindo as organizações produtivas e sistemas econômicos<sup>56</sup>.

<sup>52</sup> BAINVEL, Jean-Vincent, *La foi e l'acte de foi*, 1921, p. 153 apud ALVES, 2019, p. 16.

<sup>53</sup> JAPIASSU, Hilton, *Como nasceu a Ciência moderna*, p. 182 apud ALVES, 2019, p. 63.

<sup>54</sup> BORGATTI, Ricardo, *Paradigma mecanicista*, p. 37 apud ALVES, 2019, p. 64.

<sup>55</sup> ALVES, 2019, p. 64.

<sup>56</sup> BORGATTI, Ricardo, *Paradigma mecanicista*, p. 52 apud ALVES, 2019, p. 64.

No século XVIII, Claude Helvétius com seu livro *Do Espírito* e Paul-Henri Thiry, o Barão de Holbach, com *Sistema da Natureza*, especificam a lógica da natureza pura sob a ótica do ser humano, invalidando, por exemplo, os conceitos filosóficos e teológicos de alma e espírito: “Por falta de conhecer a energia da máquina humana, [os homens] supuseram [...] que ela era animada por um espírito”<sup>57</sup>; “Inventou-se a palavra alma para exprimir fracamente as energias de nossa vida [...]. A alma, que significa nossa memória, nossa razão, nossas paixões, não é, pois, ela mesma mais do que uma palavra”<sup>58</sup>; e “O espírito deve ser considerado inteiramente como um dom da natureza”<sup>59</sup>. Segundo essas concepções, o *ser* encontra-se explicado integralmente na sua própria estrutura orgânica.

Essa ideia repercute até os dias atuais, nos mais diversos lugares. No ambiente acadêmico não confessional ganha nuances bastante acentuadas, até porque é o lugar onde pessoas são formadas e se faz Ciência, onde se busca distância daquilo que está fora do controle e conhecimento humano.

Nas últimas décadas essa já antiga concepção de ser humano como um complexo mecanismo tem sido retomada, agora nos quadros da Física, da Neurociência e da Genética, e com novos termos e conceitos tais como neurônios, genes e DNA. Tem sido expressa por autores como Richard Dawkins (*O gene egoísta*, 1976), Jean-Pierre Changeux (*L'homme neuronal*, 1983), Daniel Dennet (*Consciousness explained*, 1991), Galen Strawson (*Mental reality*, 1994), António Damásio (*E o cérebro criou o homem*, 2010) e Sam Harris (*Free will*, 2012). Em base a tal visão se formula a hipótese que, “em porvir longínquo, talvez a Biologia se converta em capítulo da Física”. No campo da Cosmologia, enfim, também há físicos renomados, como Stephen Hawking (*O grande projeto*, 2010), que demonstram matematicamente a possibilidade do cosmo, na sua origem, ser totalmente imanente e independente (“universo de Hartle-Hawking” sem início no tempo e no espaço) de qualquer ordem superior ou transcendência.<sup>60</sup>

Mas se se considerar o ser humano um mero mecanismo artificioso e complexo, como seria possível se falar em liberdade? Qual é a liberdade que uma máquina possui se ela está adstrita completamente a sua estrutura mecânica? Mesmo o mais tecnológico dos computadores, com a inteligência artificial mais desenvolvida de todos os tempos, não é livre em sua vontade para fazer algo diferente daquilo que ele foi programado a fazer, a tomar decisões por si só, sejam inovadoras ou repetidas, lógicas ou ilógicas, a imprimir nos seus gestos e ações o seu ser único, com sua autenticidade e genuinidade. Pela ótica da natureza pura, uma máquina ou um *suposto ser humano-mecânico* executariam simples e

<sup>57</sup> HOLBACH, Paul-Henri Thiry, *Sistema da Natureza*, p. 138 apud ALVES, 2019, p. 65.

<sup>58</sup> HELVÉTIUS, Claude-Adrien, *Do Espírito*, p. 158 apud ALVES, 2019, p. 65.

<sup>59</sup> HELVÉTIUS, Claude-Adrien, *Do Espírito*, p. 204 apud ALVES, 2019, p. 65.

<sup>60</sup> ALVES, 2019, p. 66.

rigorosamente opções que foram preestabelecidas, uma criação anômala e desconfiguradora do ser humano.

### 3.5 Conclusão

Neste capítulo investigou-se o método científico moderno, incluindo o método teológico, como o caminho para se fazer Ciência. A Ciência segue um protocolo para ser realizada, não sendo fruto de um acaso ou da aleatoriedade de fatos, mas de uma reflexão organizada sobre determinado objeto. Com base nos conceitos apresentados, foi possível examinar as características que compõem o método: trajeto com limitada flexibilidade [sem caracterizar um sistema férreo nem uma anarquia metodológica], beneficiado pela sensibilidade do pesquisador, pelo espírito de mudança, pela criatividade, inteligência e inventividade do estudioso, servindo a um escopo maior e definido por seu objeto e finalidade. Esse objeto e finalidade determinam as duas etapas do método científico em geral. (Na Teologia, definem a Teologia positiva e a Teologia reflexiva.) Aqui foram elencadas características semelhantes entre o método científico e o teológico.

Em seguida, relembramos o cenário histórico que propiciou a origem do método científico moderno para depois descrever suas etapas específicas. Primeiro, seleciona-se o objeto de pesquisa e se procede à colheita de suas características (primeiro passo). Depois se passa à reflexão sobre a trajetória a ser percorrida para alcançar o objetivo desejado, momento em que a autenticidade do pesquisador entra em evidência e garante a sua marca individual e única no trabalho (segundo passo). Em seguida (terceiro passo), hipóteses são formuladas, seguindo raciocínios lógicos e depois (quarto passo) se verifica as hipóteses que se mostraram condizentes com a verdade e aquelas que precisarão ser abandonadas ou repetidas. O último passo (quinto) do método científico refere-se à divulgação do conhecimento para que seja comprovada sua objetividade e possibilidade de ser repetida por outros estudiosos, nas mesmas condições, para obtenção de resultados iguais ou semelhantes. Esse itinerário ocorre em ambos os métodos, científico e teológico.

Mas em todo esse raciocínio restava ainda tratar do sustentáculo do próprio método científico. Onde o método científico se apóia? Ele encontra fundamento nele mesmo ou existe algo anterior que o sustenta? Essa pergunta foi respondida no capítulo, ressaltando que ele se sustenta com base em premissas, seja qual for a área da Ciência. [Vale ressaltar que aqui não se está falando das premissas que se constituem nas áreas da Ciência, nas temáticas

pesquisadas, mas antes delas. Estamos falando das premissas que sustentam o próprio método científico moderno.] Toda pesquisa científica é construída com base no método que, por sua vez, é sustentado por premissas. É, portanto, um assunto da maior importância para melhor compreensão dos raciocínios que dele se originam e do pensamento [secular] que o mundo de hoje compartilha. Mas é assunto raramente aprofundado, mesmo na literatura especializada. Daí porque esta temática representa importante ponto de aprofundamento.

Este trabalho analisou premissas epistemológicas e ontológicas do método científico. Dentre as premissas ontológicas, destacamos a natureza pura que significa a realidade natural considerada como “completa, consistente, suficiente, independente por ela mesma em relação a qualquer ordem superior”<sup>61</sup>. Esse conceito – apesar de ter se originado sem muita reflexão na Teologia no século XV no Ocidente – foi sutilmente ganhando força nos séculos seguintes porque foi se identificando com o pensamento de algumas mentes geniais – como Galileu Galilei, Francis Bacon, René Descartes e Isaac Newton – que surgiram na história com o passar dos séculos, integrados e impulsionados pelo movimento iluminista, e que viam o homem em seu potencial criador e central no universo. Nesta visão, muito presente no mundo de hoje, os atos de fé não existem ou não têm relevância científica, sendo então possível relacionar a teoria da natureza pura e a visão mecanicista de mundo. Dentre as premissas analisadas, destacamos que a natureza pura não se aplica ao método teológico, mas somente ao método científico.

Algumas considerações finais sobre as premissas ainda são relevantes registrar. a) As premissas não são resultados metodológicos, mas, como falamos, elas são anteriores ao exercício metodológico. b) As premissas são conhecimento confiável, presente em todo exercício do método científico. “É a confiabilidade delas, enquanto conhecimento, que legitima sua admissão como premissas ou axiomas do método científico”<sup>62</sup>. c) A situação epistemológica das premissas do método é diferente do resultado obtido pelo método, conforme descreve Alves:

*De um lado, os resultados:* 1) devem ser obtidos, validados ou invalidados, e comprovados; os resultados comporão então uma verdade aproximada, ou *quase verdade*; e 2) poderão ser invalidados por algum fato novo que surgir no futuro, isto é, estão abertos a serem declarados falsos, encontram-se numa condição constante de falseabilidade. *De outro lado, as premissas, axiomas ou princípios do método:* 1) não são resultados do método científico, sua validade não é consequência da utilização do método científico. 2) Sua validade é afirmada sem prova, e para elas “não há demonstração cabal e lícita, dedutiva ou indutiva” E, 3) as premissas não

---

<sup>61</sup> DE LUBAC, 1946, p. 174 *apud* ALVES, 2019, p. 58.

<sup>62</sup> ALVES, 2019, p. 70.



estão abertas a serem declaradas falsas, não se encontram na condição de falseabilidade.<sup>63</sup>

A próxima consideração: d) todas as premissas do método tratam-se de *crenças verdadeiras*<sup>64</sup>, para elas não havendo “demonstração cabal e lícita, dedutiva ou indutiva”<sup>65</sup> para corroborá-las. São crenças e, como tais, sobre elas podem ser exercidos atos de fé, que o pesquisador lança mão para dar início ao método científico e à edificação da Ciência. São conhecimentos confiáveis e, mais do que isso, insuscetíveis ao juízo de falseabilidade [diversamente dos resultados da Ciência, que estarão sempre suscetíveis a fatos novos que os questionem e/ou contradigam]<sup>66</sup>. “Toma-se como exemplo a premissa da existência das leis da natureza, o axioma de que as coisas fundamentais da realidade não funcionam caprichosamente, mas sim seguem padrões chamados leis. [...] E] ‘Toda Física [, por exemplo,] se fundamenta na noção de lei, a crença de que vivemos num universo ordenado’”<sup>67</sup>. A quinta e última consideração se refere a: e) decisão interna do sujeito [em Teologia, a *fides qua*] no sentido de assumir objetiva e continuamente o conteúdo da crença verdadeira [em Teologia, a *fides quae*]. Uma vez que o pesquisador compreende a crença verdadeira, que sustentará o método científico do seu trabalho, ele faz uma adesão pessoal [às vezes imperceptível a olhos pouco atentos] e essa escolha será permanente renovada ao longo de todo seu trabalho.<sup>68</sup> Sobre isso vale a pena salientar o trecho a seguir, não obstante sua extensão.

Aqui se está frente a um elemento “metafísico”, mas indispensável à Ciência moderna e que possibilita a intelecção de seu ponto de partida para chegar a conhecimentos confiáveis que resultam do emprego do método. O método científico e o conhecimento confiável por ele obtido não se fundam sobre si mesmos sobre a razão, mas sobre um ato de fé em premissas. [...] O ato de fé [de todo pesquisador], nesse nível basilar, fundamenta a condição de possibilidade epistemológica do método científico. A visão teórica de que no método científico a razão, a capacidade de conceituar, o raciocínio, atua sem interferência de atos de fé é desse modo equivocada, embora dificilmente tal visão teórica o admita e quase nunca reflita sobre isso.” [...] Esse pensamento tão freqüente no mundo atual reflete a] “epistemologia positivista, segundo a qual a Ciência opera apenas em bases racionais e abertas à falseabilidade do conhecimento.” No método científico a razão

<sup>63</sup> ALVES, 2019, p. 70-71 (grifos nossos).

<sup>64</sup>“Por crença verdadeira aqui não se trata: 1) da crença justificada, ou seja, crença nos conhecimentos confiáveis obtidos por outros cientistas, que são aprendidos pelo especialista e que o poupam da necessidade de repetir as incontáveis pesquisas anteriores feitas pelo colegas; 2) tampouco se trata da ‘fé não científica, metafísica’, aquela crença na certeza das hipóteses imaginadas antecipadamente e que passarão em seguida pelo crivo da experimentação, uma ‘fé em ideias de cunho puramente especulativo e, por vezes, assaz nebulosas, fé que, sob o ponto de vista científico, é completamente destituída de base e, em tal medida, é ‘metafísica’. Por crença verdadeira trata-se aqui de fé naquilo que metodologicamente ocupa posição mais basal e primordial”. ALVES, 2019, p. 71.

<sup>65</sup> ALVES, 2019, p. 71.

<sup>66</sup> ALVES, 2019, p. 71.

<sup>67</sup> ALVES, 2019, p. 71.

<sup>68</sup> ALVES, 2019, p. 72.

opera só porque anteriormente o sujeito se dispôs, num ato de fé, a aceitar as premissas do método para as quais “não há demonstração cabal e lícita”. Quem faz a reflexão pelo método científico não está portanto, numa posição absolutamente racional, mas executando metodológica e previamente um salto de fé. [...] A fé não representa uma adição que tiraria a neutralidade e a objetividade do cientista. Pelo contrário, trata-se de algo intrínseco à razão científica. É verdade que não se trata de uma confissão religiosa. Isso, porém, não diminui a característica de ser um ato de fé. “Os pressupostos fundamentais da Ciência são para sempre incomprováveis, pois isso constitui a fé da Ciência” [...] Ao que se vê, metodologicamente em Ciências ato de fé e ato de raciocinar estão também imbricados. Nos fundamentos mesmo de seu método “a Ciência ostenta assim um elemento de fé, e isso não desmerece nem a relevância nem a magnitude do conhecimento confiável por ela obtido”.<sup>69</sup>

O terceiro capítulo cuidou de analisar as características do método científico e teológico. A maior parte das características e premissas que foram aduzidas são coincidentes para ambos os métodos, mas é preciso destacar também as diferenças. O método teológico, pelo seu objeto e finalidade próprios, possui premissas que não se aplicam ao método científico geral. Essas diferenças se materializam na inserção em confissão religiosa, a conversão e a inexistência de natureza pura. São três axiomas que constituem o núcleo do método teológico e que abrangerão todo o itinerário de pesquisa e também para além dele.

---

<sup>69</sup> ALVES, 2019, p. 72-73.



## CONCLUSÃO

Depois de percorrido todo itinerário de pesquisa, iniciamos uma etapa que conduz a conclusões possíveis. Antes de chegar nelas, será necessário rememorar brevemente o caminho percorrido, refazendo os passos anteriores de forma que eles conduzam além daquilo que já foi exposto.

No primeiro capítulo foram apresentados conceitos que estão muito presentes no mundo atual, como *secularização* e *autonomia do homem, das sociedades e da Ciência*. Por outro lado, foram trabalhados conceitos básicos – *CV II, missão e cultura* – para apropriada alocação dos conteúdos no tempo e melhor intersecção entre eles. Verificou-se a grande complexidade do cenário hodierno, sob o ponto de vista histórico, político, religioso, teológico, cultural e, sobretudo, antropológico. Ao longo dos últimos séculos (sobretudo a partir do século XVIII), houve uma significativa mudança do ser humano, na forma como ele se vê e na forma como vê o outro que, em última análise, também remete à relação com o Transcendente, ao que a Teologia escolástica designava de sobrenatural. A mentalidade do homem impregnada de secularização, contudo, tende energicamente a enxergar o ser humano como integral e pleno, capaz de produzir por si só todas as coisas (ou quase todas), autossuficiente e dono de si. Desse modo o ser humano está com seu olhar voltado a si.

No ambiente acadêmico, mormente no não-confessional, a secularização é latente e fomentada, tendo ainda efeito multiplicador. Gerações de alunos são ensinadas sobre o potencial intelectual do homem como instrumento hábil, mas exclusivo, para resolver todos [ou grande parte] dos problemas do mundo. Esse pensamento é bom e estaria verdadeiro [como foi reconhecido pela Igreja – GS 15] se não fosse por desconsiderar completamente a dimensão do Transcendente, o metafísico, o ato de fé e o Divino. Em regra, o egresso desse tipo de ensino acredita ter conhecimento e senso crítico o bastante para dar parecer sobre todas as coisas, revelando uma faceta marcante do homem de hoje. Não é demais dizer que o mundo moderno, influenciado pela secularização, conduziu o homem a um desvio moral da soberba. Neste cenário, o homem encontra-se dividido, repartido, em pedaços em sua constituição interna<sup>1</sup>, pois não pode ser integral sem conhecer a verdade e, repita-se: “Foi Deus

---

<sup>1</sup>Há vasta literatura produzida no sentido de comprovar que o ser humano moderno está em sofrimento, especialmente mental e psicológico (Zygmunt Bauman, *Modernidade Líquida*, 2001; Andrew Solomon, *O Demônio do Meio-Dia*, 2014; Sylvia Plath, *A redoma de vidro*, 2014; entre outros). E as causas desse sofrimento não se encontram somente no âmbito interno do indivíduo, mas também – e muito fortemente – no âmbito externo, com o protagonismo das consequências de um mundo secularizado. Os resultados desse processo são crescentes casos de doenças mentais como a depressão e suicídio ao redor do mundo. Sobre essa temática

quem colocou no coração do homem o desejo de conhecer a verdade e, em última análise, de O conhecer a Ele, para que, conhecendo-O e amando-O, possa chegar também à verdade plena sobre si próprio”<sup>2</sup>. Não há como ser integral sem conhecer o “gérmen divino” que está no homem e o chama à instaurar a “fraternidade universal (GS 3), “altíssima vocação em que Cristo oferece luz e força pelo seu Espírito” (GS 10). Nesta conjuntura, a Igreja deve fazer uma leitura dos tempos atuais, estar sensível às necessidades do ser humano e guiá-lo rumo ao encontro de sua vocação integral (GS 11). “Entre essa ‘sublime vocação à união com Deus’ (GS 19), em ‘acordo com os desejos mais profundos do coração humano’ (GS 21)”. Complementando essa ideia, a *Lumen Gentium*(1964) introduz a ideia da “vocação à santidade de todo o povo de Deus em sua dinâmica escatológica em que a ‘prometida restauração de Cristo’ progride com a missão do espírito que chama todos a cooperar no trabalho da salvação, conferindo o “sentido da vida temporal”, manifestando a todos “o amor com que Deus amou o mundo” (LG 39; 41; 47; 48).

Acima revelamos o papel da Igreja, como corpo de Cristo. No ambiente acadêmico, as células da Igreja corpo de Cristo devem cumprir também a missão de ser testemunho vivo do Evangelho, fazendo o melhor possível com base no amor a Cristo. É claro que essa missão não é fácil, é cruz, e vai demandar um permanente espírito de oração e intimidade com o transcendente, estudo das verdades de fé, discernimento sobre a vivência do amor-caridade, exercício do perdão. Nesse caminho é imprescindível a graça divina para desenvolver as virtudes da humildade, fortaleza, sabedoria, caridade e para se manter aberto ao diálogo espiritual, a perseverança nas tribulações e a receptividade às orientações do Espírito.

Voltando o olhar à pergunta realizada no primeiro capítulo, sugerimos uma resposta. A questão era: há alguma perda ou ganho significativo desses centros de ensino por terem se tornado secularizados? Buscando a resposta, fazemos outro questionamento retórico: como poderia um centro de ensino produzir conhecimentos completos e integrais, que revelassem a verdade das coisas, se o ser humano que produz esse conhecimento está dividido, não integral? Não obstante o vasto e rico campo de conhecimentos produzidos nos centros de ensino ao longo dos séculos, não se pode dizer que o homem de hoje, tão absorvido pela secularização da Ciência, está na sua maior potência e portanto apto a produzir nas suas melhores condições. Não há dúvidas sobre o universo de conhecimentos alcançados até aqui nem há indiferença, neste trabalho, sobre os avanços alcançados pelo uso exclusivo da razão

---

consultar AMERICAN FOUNDATION FOR SUICIDE PREVENTION, disponível em: <https://afsp.org/suicide-statistics>. Acesso em: 28 de jan. 2022.

<sup>2</sup>JOÃO PAULO II, 1998, parágrafo introdutório.

humana. Mas, por outro lado, a abertura da razão humana à atuação da fé, amplia as potencialidades do homem, como ilustra, por exemplo, a experiência de Santo Agostinho, que buscou o caminho da filosofia neoplatônica para encontrar melhor compreender a verdade da fé católica e, também, fazer o caminho reverso.

O neoplatonismo viria a ser a ponte que permitiria a Agostinho dar o grande passo de sua vida, pois constituía, para os católicos milaneses, a filosofia por excelência, a melhor formulação da verdade racionalmente estabelecida. O neoplatonismo era visto como uma doutrina que, com ligeiros retoques, parecia capaz de auxiliar a fé cristã a tomar consciência da própria estrutura interna e defender-se com argumentos racionais, elaborando-se como teologia. Com a maior tranqüilidade passava-se, entre os católicos de Milão, das Enéadas de Plotino para o prólogo do Evangelho de São João ou para as epístolas de São Paulo<sup>3</sup>.

No segundo capítulo deste trabalho, falou-se sobre fé e razão, duas instâncias que podem se relacionar de maneiras diversas e que, ao longo da história da humanidade, geraram tantos embates em busca daquela que deveria prevalecer. A Igreja, por meio do Papa João Paulo II na Encíclica *Fides et Ratio*, já afirmava a complementaridade delas. Para melhor compreender a questão, falamos sobre a natureza do ato de fé, os lugares teológicos que lhe dão suporte, suas implicações, as relações que pode formar com a razão, inclusive com as percepções prevalentes ao longo dos séculos. De tudo o que foi falado, queremos dar destaque a duas questões: o lugar teológico privilegiado do pobre e à novidade teológica, trazida por Alves, da presença imprescindível da fé em todo ato racional científico.

Em relação ao lugar teológico privilegiado do pobre, é importante dizer que foi originado da teologia da América Latina, por apresentar uma realidade própria dessa parte do mundo, onde se encontrava uma situação social e econômica peculiar, diferente da realidade onde a teologia normalmente era concebida [Europa]. A vivência dessa realidade latina mostrou o caráter dialógico e somático que deve haver entre a fé, a prática e a Teologia, corroborando a vida e a sabedoria do Cristo traduzida nos Evangelhos e a importância desse lugar teológico para viver a fé. Ambos os elementos são relevantes porque anunciam que a fé deve ser informada e que precisa ser vivida no ágape, para não ser confundida com a fé dos demônios.

Destacamos também no segundo capítulo a imprescindibilidade do ato de fé para produção de conhecimento científico, enunciado inovador na relação que pode existir entre fé e razão. Segundo essa análise não é possível operar a razão sem um movimento metodológico

---

<sup>3</sup> PESSANHA, José Américo Motta. Vida e Obra. In: SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. Nova Cultura, 2000, São Paulo, 2000, p. 8.

anterior que se identifica como ato de fé. É uma reflexão equilibrada que identifica a semelhança entre as crenças que irremediavelmente constituem as premissas/ bases para se produzir Ciência e as crenças que constituem a fé religiosa. Como crenças são fundamentalmente improváveis e “as crenças científicas” constituem o ponto de partida para a produção de novos saberes. Com base nesta nova reflexão, que acreditamos ser a mais apropriada dentre as estudadas, identificamos a unidade do conhecimento alcançado mediante a união necessária, sem mistura de identidades, entre fé e razão. Essa conclusão permite que respondamos negativamente a segunda pergunta realizada ao final do primeiro capítulo: É possível realizar pesquisas sem considerar atos de fé ou será que a razão, por si só, é capaz de produzir as respostas? Ainda sobre este ponto: “A Ciência é muitas vezes contrastada com a crença, mas a verdade é que a crença desempenha um papel tão grande na Ciência quanto na maioria das outras áreas da atividade humana”<sup>4</sup>

No terceiro capítulo, falamos do método científico e teológico: a etimologia da palavra *método*, seu conceito, as etapas que possui e a forma como devem ser manejadas, as características do pesquisador que facilitam o percurso metodológico, a identificação do método teológico segundo seu objeto e finalidade, os passos do método científico geral, as premissas do método científico (parte que se conecta com o final do segundo capítulo, que associa os atos de fé à articulação posterior do conhecimento racional). Mas de tudo o que foi falado neste capítulo, queremos dar realce à premissa que se originou na Teologia, mas que tomou rumo tão diverso do originário. Destacaremos a *natureza pura* e a estreita relação que guarda com a secularização dos tempos atuais.

Saber a origem do conceito de *natureza pura* é extremamente importante para compreender o que ela é. Esse conceito foi pensado/criado como hipótese, como uma ideia irreal para melhor compreender o aspecto antropológico do homem na relação com o sobrenatural e o preternatural. Mas essa ideia começou a fazer parte do repertório de pensadores/cientistas teólogos e não teólogos a partir do século XVI, deixando de ser uma ideia restrita ao ambiente dos teólogos neoescolásticos e ganhando vida própria. Esta ideia tomou força tão grande a partir do século XVII que não parece exagero dizer que grandes embates poderiam ser travados para defender sua existência. Hoje este cenário não parece ser diferente. Verdadeiros conflitos de ideias são travados para defender que o homem e sua razão são exclusivos na vida e na produção de conhecimento válido. Por vezes esse conflito é velado, dificultando sua identificação e contraposição. Outras vezes, essa questão é colocada

---

<sup>4</sup> LONERGAN, Bernard, *Método em Teologia*, p. 58, apud ALVES, 2019, p. 73.

como que em suspenso pelo simples desconhecimento da sua real natureza. Essa questão, no entanto, é da maior importância porque diz respeito à natureza do ser humano e a sua vocação.

A secularização do tempo atual se associa a ideia de *natureza pura* no sentido de que ambas percebem a realidade natural como a única existente e o homem e seu potencial intelectual como criação máster dos tempos atuais. Mas essa ideia não vigora sem produzir efeitos. Ela produz vários e a Ciência informa que o homem moderno encontra-se, de certa forma, adoecido, sem sentido para a vida, conforme as taxas de adoecimento mental ao redor de todo o mundo comprovam.

Este trabalho se debruça sobre a realidade atual para enxergar a secularização instalada no mundo, junto com a ideia prevalente de *natureza pura*, e propõe repensar o homem e a Ciência no seu aspecto integral, na sua vocação maior. No ambiente acadêmico não confessional, jovens e adultos são formados com o pensamento secular, sem terem dimensão da origem de todo esse processo nem das possíveis consequências; sem refletir sobre a existência e possibilidade do uso da fé na produção de saberes. Por isso essa pesquisa se mostra tão relevante nos tempos atuais, explicitando que a fé e a razão são parceiras, que convivem e se completam em esferas de atuação de cada uma, sem se sobrepor no campo da outra. Reconhecer isso é demonstrar a origem dos pensamentos que prevalecem hoje e, mais do que isso, enxergar no homem, o organismo humano de forma integral. O estudo do método científico e do método teológico permitiu realizar uma imersão mais profunda do que compreender o funcionamento da produção da Ciência moderna. Permitiu compreender o homem na integralidade da criação divina. Elucidamos nosso pensamento com derradeira e pertinente reflexão de Alves.

O método científico assenta-se numa intenção particular de quem o utiliza. “O conceito nuclear da teoria da Ciência é o de verdade. Nas várias ciências procura-se algum tipo de verdade.” O sujeito compreendedor ao se valer do método científico, é animado pela esperança de encontrar a verdade. “Um cientista é, assim, um buscador da verdade. A verdade é aquilo que ele busca, a direção para a qual está sua face voltada. A esperança intencionada é encontrar a verdade.”<sup>5</sup>

Este estudo dá subsídios para compreender a realidade acadêmica não confessional de forma mais ampla, de maneira a fazer repensar a prática docente e a vivência das relações no ambiente acadêmico. Também garante subsídios na forma de produzir saberes, em qualquer área científica, de forma a considerar os proveitos oriundos da inteligência e da fé.

---

<sup>5</sup> ALVES, 2019, p. 66/67.





## REFERÊNCIAS

- ABREU, Bianca de Macedo. Mulher, Mãe, Professora e Pesquisadora em Tempos de Pandemia: mas esta história nem sempre foi assim. *SCIAS – Educação, Comunicação e Tecnologia*. Disponível em <https://doi.org/10.36704/sciaseducomtec.v2i2.5017>. Acesso em: 27 jan. 2022.
- ALMEIDA, José de. *Aggiornamento*. In: LATOURELLE, René; FISICHELLA, Rino (Dir.). *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus e Paulinas, 2015.
- ALVES, César Andrade. *Método Teológico e Ciência: a Teologia entre as disciplinas acadêmicas*. São Paulo: Edições Loyola, 2019. (Coleção Theologica)
- ALVES, César Andrade. Fé no exercício da razão científica? Sobre premissas da razão. In: *Anais do XII Simpósio Internacional Filosófico-Teológico*. Belo Horizonte: FAJE, 2016. Disponível em: <http://faje.edu.br/simposio2016/arquivos/comunicacoes/doutores/CesarAndradeAlves.pdf>. Acesso em: 21 set. 2021.
- AMERICAN ASSOCIATION FOR THE ADVANCEMENT OF SCIENCE. *Science for All Americans: project 2061*. New York, NY: Oxford University Press, 1990.
- AMERICAN FOUNDATION FOR SUICIDE PREVENTION. Disponível em: <https://afsp.org/suicide-statistics>. Acesso em: 28 jan. 2022.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2001.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. 1ª ed. São Paulo: Paulus, 2019.
- BÍBLIA SAGRADA. 2ª ed. Brasília: CNBB, 2019.
- BOFF, Clodovis. *Teoria do método teológico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2ª ed. Revista, 1999.
- BORGATTI, Ricardo. *Paradigma mecanicista*. Origem e fundamentos. São Paulo: Leopardo, 2012, p. 37.
- CAPES. Tabela-de-areas-de-conhecimento-avaliacao. Brasília: 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/instrumentos/documentos-de-apoio-1/tabela-de-areas-de-conhecimento-avaliacao>. Acesso em: 10 dez. 2021.
- CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição pastoral Gaudium et Spes*. Roma: 1965. Disponível em: [http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19651207\\_gaudium-et-spes\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html). Acesso em: 15 ago. 2019.
- CONCÍLIO VATICANO II. *Decreto Optatam Totius*, Roma: 1965. Disponível em [https://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_decree\\_19651028\\_optatam-totius\\_po.html](https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651028_optatam-totius_po.html). Acesso em: 10 dez. 2021.
- DA COSTA, Newton C. A., *O conhecimento científico*, 2ª ed. São Paulo: Discurso, 1999.
- DE LUBAC, Henri. *Surnaturel. Études historiques*. Paris: Aubier-Montagne, 1946.

EPIS, Massimo. *Teologia Fondamentale: la ratio della fede cristiana*. Brescia: Queriniana, 2009.

EUVÉ, François. Teologia e Ciência em diálogo crítico. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 42, n. 118, p. 317, 2010. Disponível em: <http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/935>. Acesso em: 3 dez. 2021.

FARUQI, Yasmeeen. Contributions of Islamic scholars to the scientific enterprise. *International Education Journal*, v. 7, n. 4, p. 391-399, 2006.

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. Roma: 2013. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost\\_exhortations/documents/papa-francesco\\_esortazione-ap\\_20131124\\_evangelii-gaudium.html#I.%C2%A0Todo\\_o\\_povo\\_de\\_Deus\\_anuncia\\_o\\_Evangelho](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html#I.%C2%A0Todo_o_povo_de_Deus_anuncia_o_Evangelho) . Acesso em: 04 dez. 2021.

FEYNMAN, Richard. *The character of physical Law*. London: Penguin, 1992.

GAUCH, Hugh, *Scientific Method in Practice*, 2002.

GROTH, Bernd. Racionalismo. In: LATOURELLE, René; FISICHELLA, Rino (dir.). *Dicionário de Teologia Fundamental*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

GUERRIERO. Cultura. *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus e Paulinas, 2015.

HELVÉTIUS, Claude-Adrien. *Do Espírito*. In: VOLTAIRE, François; HELVÉTIUS, Claude-Adrien. *Voltaire II-Helvétius*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

HOLBACH, Paul-Henri Thiry, *Sistema da Natureza*, São Paulo: Martins Fontes, 2010.

JAPIASSU, Hilton. *Como nasceu a Ciência moderna*. Rio de Janeiro: Imago, 2007.

JOÃO PAULO II, Papa. *Carta Encíclica Fides et Ratio*. Roma: 1998. Disponível em [https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf\\_jp-ii\\_enc\\_14091998\\_fides-et-ratio.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_14091998_fides-et-ratio.html),. Acesso em: 27 nov. 2021.

JOÃO PAULO II, Papa. *Carta Encíclica Redemptoris Missio*, Roma: 1990. Disponível em [https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf\\_jp-ii\\_enc\\_07121990\\_redemptoris-missio.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_07121990_redemptoris-missio.html). Acesso em: 21 set. 2021.

LANGEVIN, Gilles. Fé. In: LATOURELLE, René; FISICHELLA, Rino (dir.). *Dicionário de Teologia Fundamental*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

LATOURELLE, René. *Teologia, Ciência da Salvação*. São Paulo: Paulinas, 1971.

LATOURELLE, René; FISICHELLA, Rino (ed.). *Dicionário de Teologia Fundamental*. 2ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

LEFÈBVRE, Solange. Secularidade. In: LATOURELLE, René; FISICHELLA, Rino (Dir.). *Dicionário de Teologia Fundamental*. 2ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

LONERGAN, Bernard, *Método em Teologia*, São Paulo: É Realizações, 2012.

MACDOWELL, João Augusto A. A. Secularização. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (coord.). *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus e Paulinas, 2015.

MCKENZIE, John L. *Dicionário Bíblico*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.

MOLLAT, D. *Études johanniques*. Paris, 1979.

OXFORD Languages. *Oxford University Press*, 2021. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. Acesso em: 10 dez. 2021.

PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (coordenação). *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2015.

PASTOR, Félix-Alejandro. Secularização e Secularismo. In: LATOURELLE, Rene; FISICHELLA, Rino (Dir.) *Dicionário de Teologia Fundamental*. 2ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

PESSANHA, José Américo Motta. Vida e Obra. In: SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. Nova Cultura, 2000, São Paulo, 2000.

PLATH, Sylvia. *A redoma de vidro*. 1ª ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2014.

POPPER, Karl. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix-EDUSP, 1975.

POZZO, Guido. Método. In: LATOURELLE, René; FISICHELLA, Rino (ed.). *Dicionário de Teologia Fundamental*. 2ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

PRENSA MÓVEL. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Prensa\\_m%C3%B3vel&oldid=62144041](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Prensa_m%C3%B3vel&oldid=62144041). Acesso em: 16 dez. 2021.

ROUSE BALL, Walter, *A short account of the History of Mathematics*. Cambridge: Cambridge University, 1893.

SANTA TEREZA do Menino Jesus e da Santa Face. *História de uma Alma*. 19ª ed. São Paulo: Loyola, 2015

SECKLER, Max. Teologia e ciências. In: LATOURELLE, René; FISICHELLA, Rino (dir.). *Dicionário de Teologia Fundamental*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

SECULARIZAÇÃO. Disponível em: *Dicionário online de português*. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/secularizacao/>. Acesso em: 29 out. 2020.

SENADO FEDERAL. Secretaria de Gestão da Informação e Documentação Coordenação de Biblioteca (trad.) *A COVID-19 e o Setor de Bibliotecas em Termos Mundiais*. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fwww2.senado.leg.br%2Fbdsf%2Fbitstream%2Fhandle%2Fid%2F571649%2FCOVID-19\\_Biblioteca\\_IFLA.pdf%3Fsequence%3D1%26isAllowed%3Dy&cflen=709839&chunk=true](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fwww2.senado.leg.br%2Fbdsf%2Fbitstream%2Fhandle%2Fid%2F571649%2FCOVID-19_Biblioteca_IFLA.pdf%3Fsequence%3D1%26isAllowed%3Dy&cflen=709839&chunk=true). Acesso em: 26 jan. 2022.

SOLOMON, Andrew. *O demônio do meio-dia: uma anatomia da depressão*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

VANNESTE, Alfred. La question de La “natura pura”. Note complémentaire. *Ephemerides Theologicae Lovanienses*. v. 81, p. 1-28, 2005.

VERWEYEN, Hansjürgen. Razão / Fé. In: LATOURELLE, René; FISICHELLA, Rino (dir.). *Dicionário de Teologia Fundamental*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

VOLPATO, Gilson. *Bases teóricas para redação científica*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Vinhedo; Scripta, 2007.

ZEFERINO, J. A Teologia Pública no Brasil: análise de um mapeamento. *Interações*. Belo Horizonte, v. 15, n. 01, p. 105, jan./jun.2020.